



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
LICENCIATURA EM HISTÓRIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

A PROPAGANDA E A CENSURA NO ESTADO NOVO

Marcella Alves Porto

Recife

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

A PROPAGANDA E A CENSURA NO ESTADO NOVO

Marcella Alves Porto

Monografia apresentada ao Departamento de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Prof^a.Ms^a.Élcia de Torres Bandeira,

Recife

2018



**TERMO DE APROVAÇÃO DE MONOGRAFIA NO CURSO DE LICENCIATURA EM
HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO.**

MARCELLA ALVES PORTO

A PROPAGANDA E A CENSURA NO ESTADO NOVO

Monografia aprovada com nota _____ como requisito para conclusão da disciplina
Monografia – História (Cód. 04603), pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: _____ Nota: _____
Prof^a/Ms^a. Élcia de Torres Bandeira

UFRPE/ DEHIST.

Recife, 27 agosto de 2018.

"Nem olhos viram, nem ouvidos ouviram, nem jamais penetrou em coração humano, aquilo que Deus tem preparado para aqueles que o amam."

(1Cor.2.9)

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus. Ele que, sem dúvida, é o motivo que me fez chegar até aqui, que sempre me incentivou, mesmo quando tudo parecia não fazer sentido. A Deus toda a minha gratidão, temor e amor.

Aos meus pais, que estiveram comigo ao longo de toda minha jornada escolar. Que lutaram, mesmo em meio às adversidades da vida, para me proporcionar uma educação que os mesmos não tiveram acesso. Que são responsáveis pela formação do meu caráter e da pessoa que me tornei.

A minha tia, Fátima Porto, que não desistiu de acreditar em mim, quando eu mesma já tinha me esquecido dentro da minha vida acadêmica. Obrigada, minha tia, por ter acreditado e insistido em mim. Não fosse seu incentivo e cobrança, possivelmente não estaria aqui hoje. Gratidão!

A todos os meus professores de História ao longo do ensino fundamental e médio, em especial a Pedro Paiva, Marek Ekert, Thales Bentzen e Ailton Novais. Pessoas que me inspiraram como profissional e ser humano em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Aos professores da Universidade Federal Rural de Pernambuco, em especial a minha orientadora, Professora Élcia de Torres Bandeira, pela empatia, paciência, boa vontade e sabedoria na condução deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem por estudo a propaganda e a censura no Estado Novo. Um período que tem por característica marcante uma postura voltada para o processo de controle político e social. Analisamos o surgimento do pensamento repressor no início dos anos de 1930, que se instalou no Brasil através de uma revolução que objetivava acabar com os valores da República Velha, que se estendeu no país de 1889 até 1930. Veremos como Getúlio Vargas fez uso da propaganda para controlar a massa e conseguir através da alienação, levada pela mídia, o apoio popular. Iremos entender como eram reprimidas as forças que se opunham a esta forma autoritária de governo. E, por fim, analisaremos a visão tida sobre a mulher neste período, uma visão deveras patriarcal e subordinadora. Veremos como eram repreendidas e perseguidas as mulheres que não se submetiam e lutavam contra esse regime.

Palavras-Chaves: Repressão; Autoritarismo; Manipulação; Centralização; Poder.

ABSTRACT

The present work studies propaganda and censorship in Estado Novo. A period that has as a characteristic a posture focused on the process of political and social control. We analyze the emergence of repressive thinking in the early 1930s, which settled in Brazil through a revolution aimed at ending the values of the old republic, which extended in the country from 1889 to 1930. We will see how Getúlio Vargas made use of the propaganda to control the mass and achieve through alienation, driven by the media, popular support. We will understand how suppressed was the forces that opposed this authoritarian form of government. And finally we will analyze the view taken on women in this period, a very patriarchal and subordinate view. We will see how women who did not submit and fight against this regime were reprimanded and persecuted.

Keywords: Repression; Authoritarianism; Manipulation; Centralization; Power.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB: Aliança Integralista Brasileira;

ANL: Aliança Nacional Libertadora;

CLT: Consolidação das Leis Trabalhistas;

DOPS/PE: Delegacia de Ordem e Política e Social de Pernambuco;

DIP: Departamento de Imprensa e Propaganda;

FBPF: Federação Brasileira pelo Progresso Feminino;

PCB: Partido Comunista Brasileiro;

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. A ERA VARGAS E O SURGIMENTO DO POSICIONAMENTO REPRESSOR.....	11
2.1 O Comunismo e o Integralismo no governo Vargas.....	18
2.2 O golpe de 1937 que levou o Brasil a Era Vargas.....	24
3.O DIP: PROPAGANDA E REPRESSÃO NO GOVERNO VARGAS.....	26
3.1 A Propaganda e a Perseguição aos Judeus no governo Vargas.....	32
3.2 Estrutura e Fundação da DOPS	37
4.A IMAGEM DA MULHER NO GOVERNO VARGAS.....	40
4.1 A mulher sob vigilância da DOPS-PE.....	47
4.2 A mulher sob a ação do Estado.....	49
5. CONCLUSÃO.....	54
6. REFERÊNCIAS.....	57

1. INTRODUÇÃO

Ao estudarmos o Estado Novo é possível percebermos que as mudanças sucedidas com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, extinguindo assim as relações políticas existentes até então, foram de grande relevância para o Brasil.

O governo Vargas propunha uma política centralizadora que tinha por objetivo a exacerbação do nacionalismo, porém este princípio tinha por base os regimes totalitários vigentes na época, o que de certo modo foi em muito prejudicial ao país, uma vez que o mesmo passou a viver sob eminente medo em base da censura e perseguição instauradas na sociedade. Pois todo aquele que não se submetesse e ou fosse contrário as políticas estabelecidas pelo governo Vargas, seriam censurados, perseguidos, muitas vezes presos, torturados e em expressivo número, mortos.

Vemos no governo Vargas uma perseguição política a seus opositores. A postura assumida com relação ao comunismo foi relevante para mistificar uma construção ideológica na sociedade, favorecendo e auto-justificando a implantação de um regime autoritário. Esse autoritarismo se camuflava no respaldo do perigo que os comunistas representavam para a nação brasileira.

Com o objetivo de ter o apoio popular, Vargas criou em seu governo órgãos como a DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) que tinha como principal função a propagação das ideias do governo. Buscava levar até a sociedade, através dos meios de comunicação, um conceito sobre o grande líder que Getúlio Vargas era.

Na mesma proporção em que a propaganda disseminava os ideários varguistas eram em tudo monitoradas, para que outras ideologias, que fossem contrárias as pregadas pelo governo, não chegassem até a sociedade. Surgia assim um intenso

período de censura, na qual o DIP filtrava o que poderia ou não ser publicado e veiculado nos meios de comunicação.

Outro órgão criado pelo governo Vargas foi o DOPS (Delegacia de Ordem política e Social) que era responsável por manter a ordem na sociedade. A DOPS não apenas fiscalizava e censurava toda e qualquer manifestação contrária ao governo, como também detinham o poder de fechar instituições, capturar e prender os julgados subversivos aos olhos do governo.

Por fim veremos como era abusiva a visão sobre a mulher nesse período repressor, onde a mesma era vista por uma ótica submissa e era tratada como ideal, quando atendia as expectativas do governo, ou imprópria, quando contrariava a ideia propagada de submissão, quer fosse ao marido quer fosse ao estado.

Este trabalho fundamenta-se teoricamente em Orlandi e Foucault na análise de discurso.

2.0 A ERA VARGAS E O SURGIMENTO DO POSICIONAMENTO REPRESSOR.

O presente trabalho tem por estudo a propaganda e a censura no Estado Novo. Um período que tem por característica marcante uma postura voltada para o processo de controle político e social. Desta forma buscamos evidenciar o período analisado a partir do surgimento do pensamento repressor no início dos anos de 1930, que se instalou no Brasil através de uma revolução que objetivava acabar com os valores da República Velha, que se estendeu no país de 1889 até 1930, quando Getúlio Vargas assumiu a presidência da República.

É importante ressaltar que o movimento que levou à queda da República Velha e a instauração do que se entende por Era Vargas, foi um movimento armado e apoiado pelos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba. Entretanto a chegada de Vargas ao poder foi deveras questionável. Isto porque em 1º de março de 1930 o Brasil passou por eleições para a escolha do novo presidente, que colocaria fim à República do Café com Leite, como era conhecida a República Velha. Mas se de um lado tínhamos o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e a Paraíba apoiando Getúlio, do outro tínhamos as lideranças paulistas, que haviam rompido relações com os mineiros e apoiavam o então governador de São Paulo, Júlio Prestes, para ocupar o cargo de presidente. Este foi eleito, porém não assumiu a presidência, pois, em 3 de outubro de 1930, foi instaurado o golpe que veio a exilar Júlio Prestes, fazendo assim com que Getúlio Vargas assumisse o governo de forma provisória.

O golpe de 1930 foi produto exclusivo do nosso meio, explicando-se de um lado pelos excessos de uma elite de direção, e, de outro, pelos anseios de parte da massa para reformá-los. O pendur para o personalismo, entre nós, obscureceu contudo essa noção a ponto de negar-se ao vencido aquilo que dele infelizmente não veio e constituiu bandeira de combate, - a tolerância, o apaziguamento dos espíritos pelo meio de uma anistia imediata e incondicional. Não há, aliás, na história, exemplo de movimento de côr liberal que não empunhe, no poder, as rédeas de reação. ¹

¹ LOBO, Helio. **Atenienses da America**. 1933. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_11&PagFis=8898&Pesq=golpe%201930
Acesso em: 23/06/2018.

E foi com o fim da República Velha e o início da Era Vargas que se instaurou uma nova ordem no Brasil, que tinha por objetivo principal trazer progresso ao país, dando fim ao chamado atraso econômico e social deixados pela antiga forma de governo.

É dentro dessa perspectiva que se instaura o conceito de modernização no país, através de uma conduta fortemente nacionalista. Este progresso se deu em meio a uma transição de uma economia agroexportadora para uma economia industrial urbana. Esta mudança é o motivo que faz com que alguns historiadores entendam essa fase como sendo a "revolução industrial burguesa", a exemplo de Décio Saes.²

Dentro desse contexto de mudanças que ocorriam no Brasil nesta época, destacamos a enorme capacidade que Vargas tinha de influenciar as pessoas. Ele era o que entendemos hoje por líder nato, e por esse motivo não foi difícil conseguir o apoio popular mesmo diante do golpe orquestrado. Todo este apoio popular vinha não apenas pelo fato do grande líder que Getúlio Vargas mostrava ser ao povo, mas, principalmente, porque a população almejava uma nova realidade econômica e social. Nascia assim, no Brasil, um discurso populista, onde Getúlio Vargas se colocava diante da sociedade brasileira como sendo pai dos pobres.

Os benefícios que eram oferecidos à população pelo governo Vargas eram sempre divulgados como sendo algo doado ao povo pelo grande líder. Naquela época, não se via tais atitudes apenas como as obrigações que um chefe da nação tinha para com o seu povo. Dentre os inúmeros avanços que tivemos naquela época, destacam-se os benefícios trabalhistas, com a criação da CLT, Consolidação das Leis Trabalhistas, em 1º de maio de 1943, através do Decreto-Lei n.º 5.452, que consolidavam as conquistas do movimento trabalhista, fruto de muita luta que remontava, nos seus primórdios, ao século XIX, no Brasil.

Essas barganhas políticas destinava-se porém apenas aqueles que o apoiavam. Para quem fosse contra seu governo, o mesmo atuava com extrema severidade, não aceitando assim opositores.

Em meio a benefícios e punições por parte do governo, havia certa instabilidade

² SAES, Décio. **A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-91)**. São Paulo: Paz e Terra, 1984, p. 34.

dos trabalhadores. Surgiram, nessa época, movimentos sindicais de esquerda, o que fez com que o governo assumisse uma postura mais rígida, associando esses trabalhadores a um sindicato oficial e dessa forma desestruturando a organização oposicionista da esquerda. Essa política, predominantemente, autoritária em muito se assemelhava com os movimentos políticos que se instauravam na Europa nesse período, os movimentos chamados nazi-fascistas europeus.³

Jornais da época deixavam claro a simpatia que o governo Vargas tinha ao modelo de governo nazi-fascistas, isso porque este modelo de governo tinha por base uma política fortemente nacionalista, na qual controlavam a economia, a política, a educação, todo o país com mãos de ferro, visando a uma fiscalização efetiva da nação e ao progresso tão defendidos pelos positivistas. Entende-se assim que, embora mais tarde venha a perseguir o partido nazista no Brasil, o pensamento autoritário repressor no período da era Vargas tem como principal influência os regimes totalitários europeus que funcionavam naquela época.

O sr. Getúlio Vargas, presidente da República, enviou ao sr. Adolf Hitler, chanceler do Reich Alemão, o seguinte telegrama, por ocasião da festa nacional alemã, a 1 do corrente: "Queira v. excia. Aceitar as sinceras felicitações do governo e do povo brasileiro pela data nacional da Alemanha. Com os votos que formula pela crescente prosperidade da Nação Alemã e pela felicidade pessoal de vossa excellencia, - Getúlio Vargas". Em resposta, o chanceler Hitler dirigiu ao presidente Getúlio Vargas, a seguinte mensagem: "Rogo a v. excia. Receber os meus sinceros agradecimentos pelas felicitações que teve a amabilidade de enviar ao povo alemão e a mim mesmo, em nome do povo e do governo do Brasil, por ocasião da festa nacional alemã. - Adolf Hitler."⁴

A Alemanha vivia seus dias de glória, mesmo que em detrimento de muitos; isso inspirava Getúlio Vargas a implantar no Brasil algumas formas de controle inspiradas nas políticas que Hitler utilizava um pensamento autoritário e repressor.

³ ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A Construção da Verdade Autoritária**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003. p. 39.

⁴REGO, Costa. **Troca de Telegrama entre os srs. Getúlio Vargas e Hitler**. 1939. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pesq=%20vargas%20e%20hitler
Acesso em: 23/07/2018.

Entretanto sabemos hoje que, por mais que tivessem uma postura nacionalista, os governos totalitários traziam inúmeros prejuízos para a população. Com seu discurso protecionista eles legitimavam a censura e o controle total da sociedade. Em sua forma mais extrema, nada se instituía sem a aprovação do governo.

E foi inspirado na forma de governo alemão que em 1935 foi criado no Brasil o DOPS (Delegacia de ordem Política e Social), para combater toda e qualquer desordem que se instaurasse na sociedade, posicionando-se como opositor às políticas públicas e sócias adotadas pelo governo.

Em seguida, o governo criou o DIP, o Departamento de Imprensa e Propaganda que tinha o objetivo de dar suporte às práticas de repressão realizadas pelo DOPS. Desta forma, a população deveria passar por um processo de análise onde eram filtrados os conteúdos que chegavam até os cidadãos. Um dos grandes focos do governo de Getúlio Vargas era o controle total sobre a educação. Seu Ministro da Educação, Gustavo Capanema, conduzia o ensino de forma a favorecer a elite brasileira em detrimento da grande massa. Apesar de o Estado passar a se responsabilizar pela educação básica, considerando a mobilização no sentido de reduzir os altos índices de analfabetismo no Brasil, o Estado passa a interferir diretamente na formação da população, protagonizando o papel de interventor e não apenas de mediador.

Para esta restava a aceitação e a obediência ao que lhes era imposto mediante força da repressão.

Essa repressão só veio a aumentar com golpe do Estado Novo em 1937. A expectativa era que no ano de 1938, através das eleições diretas que estavam programadas, o Brasil instituísse a tão sonhada democracia que se almejava, porém não foi o que aconteceu: Vargas não só permaneceu no poder, como intensificou sua caçada a toda e qualquer manifestação opositora em seu governo.

Em 1935, em Recife, reuniram-se vários colegas escrivães afim de movimentar a classe no sentido de trabalhar para o seu benefício. Houve duas reuniões, onde muitos assumptos foram ventilados pelo Congresso. Afinal, um Memorandum, assignado pelos presentes, organizado pelo ilustre funcionário da justiça, Leonidas de Oliveira, com aprovação de quantos o subscreveram, encaminhou-se á Camara. Ali no palacete da rua da Aurora, onde se reuniam os deputados, dito Memorandum foi recebido, discutido e acatado. Os

deputados Carlos Rios, José Vieira, Matheus Vaz e outros cujos nomes não me vêm à memória, falaram sobre o nosso justo pedido e, já quando ia o barco de vento em pôpa, eis que surgiu o golpe de 1937, com a dissolução do Congresso, etc., etc. E tudo que havíamos feito foi de rio abaixo... Triste situação a nossa!⁵

O aumento da repressão perseguiu não só a esquerda oposicionista a Vargas, mas também a Ação Integralista Brasileira que em sua formação era apoiadora do governo, mas também sofreu com controle da política de extrema vigilância e censura. A Ação Integralista Brasileira foi uma organização política com inspirações fascistas que surgiu no início da década de 1930 no contexto da ascensão dos regimes autoritários na Europa.

O movimento da AIB trazia em seu contexto ideias como a defesa do nacionalismo, definido mais sobre bases culturais do que econômicas, e do corporativismo, visto como esteio da organização do Estado e da sociedade; combate aos valores liberais e rejeição do socialismo como modo de organização social.

O lema da organização trazia os pilares de suas crenças: “*Deus, Pátria e Família*”, deixava, portanto clara sua constituição cristã, nacionalista e conservadora. Seu símbolo era a letra sigma grega (Σ) que na matemática tem o claro significado de soma das sequência numéricas. Usavam a expressam “Anauê” como “grito de guerra” em suas apresentações públicas, com saudação de mãos muito parecida com a do nazismo. “Anauê” significa “você é meu irmão” em tupi.

Muito embora o AIB fosse, inicialmente, aliada ao governo Vargas, sobretudo na perseguição aos comunistas, após a iniciativa do governo de intensificar a censura, fechando todos os partidos políticos, o que inviabilizou a atuação integralistas, que dessa forma passaram a ser vistos como fora da lei.

Por essa razão, em maio de 1938, os integralistas desfecharam um golpe visando à tomada do poder e, embora tenham fracassado em sua quase totalidade, conseguiram atacar e cercar o Palácio do Governo por várias horas: foi o “Putsch” Integralista, liderado entre outros por Severo Fournier e Belmiro Valverde.

⁵ PORTO, Costa. **A Tramoia Comuno-Pessedista**. 1947. Acesso em: 23/07/2018. <http://200.238.101.22/docreader/DM1947/923>

Diante da inesperada resistência oferecida pelo Palácio e do cerco das forças do governo, os golpistas fugiram ou foram presos, sendo parte deles fuzilada no próprio local, acabando assim com a relação de cordialidade que existia, inicialmente, com o governo.

Outro artifício encontrado por Getúlio Vargas para controlar a população foi a disseminação de um perigo iminente que ameaçava o Brasil: foi implantado dentro da sociedade a idéia de que os comunistas queriam promover a volta dos antigos regimes, trazendo assim atraso ao país. O governo Vargas também os acusava de conspiração e de quererem entregar o Brasil aos soviéticos.

O governo Brasileiro empenha-se em julgar ou afastar da nossa terra a ameaça comunista. Essa ameaça é uma realidade a afirmar-se em atos, revelações, denúncias, flagrantes delitos que chegam, todos os dias, ao conhecimento das autoridades e da opinião pública. Aliás, tais atividades subversivas, anti-cristãs e anti-humanas não são adstritas ao Brasil: correm mundo. Integram o plano colossal do expansionismo slavo camuflado em propaganda ideológica falsamente destinada á transformação social de todos os povos.⁶

Nota-se assim, mais uma vez, a proximidade de pensamento com os regimes nazi-fascistas da época, que eram declaradamente rivais ao regime comunista soviético. Todo esse pavor causado pelo DIP promovia na sociedade uma legitimidade quanto aos atos de arbitrariedade tomados pelo governo. Não apenas justificando as perseguições como também expressando o interesse do país naquele momento em proteger sua soberania, enaltecendo suas realizações em prol da nação.

A colônia agrícola de Fernando de Noronha foi transformada em presídio político e o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) exerceu rigorosa censura a imprensa, mas da criação do Conselho Nacional do Petróleo (29/04/1938) à Consolidação das Leis de Trabalhistas (1/5/43), o período ditatorial de Vargas mostrou-se fértil em realizações.⁷

Outros focos da censura eram a literatura e a imprensa, isto porque, por se

⁶ MADEIRA, Alto. **O Estado Novo**. 1983. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843911&pesq=DIP%20departamento%20de%20imprensa%20e%20propaganda> Acesso em: 23/07/2018.

⁷ VIEIRA DE MELO, J. M. **Uma Classe Desprotegida**. 1939. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DM1939&PagFis=743&Pesq=golpe%201937> Acesso em: 23/07/2018.

tratarem de meios de comunicação que levavam informações até a grande massa, o governo entendia que era através da divulgação de novas idéias que se propagavam as crenças e as novas ideologias que poderiam de opor a soberania do regime.

Contudo as autoridades competentes da época definiam o limite entre o que era devido e indevido, limitando assim os conteúdos que poderiam chegar até a população. Não era de interesse do governo que a massa tivesse acesso a idéias contrárias as que o mesmo pregava e, dessa forma, todo aquele que escrevia ou propagava tais conteúdos fiscalizados e se julgados impróprios eram retirados de circulação, livrando os cidadãos de bem do seu convívio.

As idéias que eram vistas como tendencialmente opositoras eram tratadas pelo governo como um perigo que poderia desequilibrar a nova ordem imposta à sociedade.

8

A censura não permitiu a publicação, conforme prova impressa, com o respectivo véto, que temos em nosso poder. Aguardamos a suspensão temporária do estado, afim de que possamos publicar esse appello angustioso para que seja conhecido do povo brasileiro e das altas autoridades da Republica (...). Só a censura póde nos impedir de cumprimos esta parte sagrada do nosso dever de jornalistas.⁹

As autoridades temiam então que tais idéias, vistas como revolucionárias, pudessem colocar em risco a soberania do país, fazendo com que os estrangeiros tomassem conta do Brasil. Este era uma dos mitos propagados no governo Vargas para impor medo à população, legitimar seus atos e conseguir um controle da massa.

Os órgãos policiais eram os responsáveis por tirarem de circulação todo material considerado subversivo diante do governo e não apenas isso, mas também tinham autorização para interditar livrarias, gráficas clandestinas também para apreender todo e qualquer material impresso que estivesse sob vigilância da polícia.

⁸ CARNEIRO. Maria Luiza Tucci. **Livros Proibidos, Idéias Malditas**: o Deops e as minorias silenciosas. Estação Liberdade: São Paulo, 1997, p, 15.

⁹ CARVALHO, Rodolfo. **O Estado de Guerra**. 1937. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830399&pesq=O%20NAZISMO%20NO%20BRASIL> Acesso em: 23/07/2018

O órgão responsável por tais ações era o DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Criado em 30 de dezembro de 1924, foi desmembrado em, foi desmembrado em 1930 em duas partes: A Delegacia de Ordem Política e a Delegacia de Ordem Social. Ambas tinham a função de assegurar e disciplinar a ordem militar no país.

Mas se um lado havia censura e perseguição aos opositores que disseminavam suas idéias através dos meios de comunicação vigentes na época, jornais, livros revistas e panfletos, do outro lado estava o governo que também buscava disseminar seus ideais através de tais meios de comunicação. O objetivo era massificar sua ideologia em detrimento das idéias opositoras.

Após o fim da República Velha, a expectativa era que, com o governo de Getúlio Vargas, fosse instaurada a liberdade de expressão no país. Mas como sabemos, não foi o que ocorreu; ao contrário. Dentro desse contexto repressor, temos a esquerda, os chamados comunistas, como sendo os principais perseguidos pelo DOPS. Desta forma, eram vistos como os inimigos número um do Brasil. E por este motivo, precisavam ser combatidos, justificando assim toda censura e repressão que foram instaladas do governo. Os comunistas eram usados pelo governo Vargas como uma ameaça iminente à soberania do país, o que justificavam os atos impostos pelo DOPS à sociedade.

Não foram só os comunistas que foram perseguidos após a implantação do Estado Novo: os integralistas, que no princípio de sua formação eram apoiadores do governo Vargas, passaram a ser vistos com outros olhos pelo governo. Eram acusados de promover, dentro do país, uma apologia aos ideais estrangeiros. Diante disto, é importante ressaltarmos que a repressão foi a base do Estado Novo. Para Michel Foucault, o poder acontece como uma relação de forças. Sendo assim, o pensador francês apresenta dois dispositivos utilizados pela sociedade para a justificação do poder e para a domesticação dos corpos que compõem o espaço social, são eles: vigilância e punição. Esses dois dispositivos são inseridos na sociedade de forma discreta, chegando a um ponto na construção da sociedade que a existência desses dispositivos é vista como necessária, indispensável e legítima pelos próprios cidadãos.

2.1 O comunismo e o integralismo no governo Vargas

Dentre as forças oposicionistas que existiram durante o período político chamado de Era Vargas destacamos duas como sendo as principais, seriam elas: o Comunismo e o Integralismo. Duas forças políticas extremamente distintas, com princípios e idéias bem diferentes, mas com uma coisa em comum - a censura e perseguição por parte do governo Vargas.

A luta para a qual conclama o povo é esta: defesa da democracia e combate ao comunismo e ao integralismo. Neste país de mais de quarenta e cinco milhões de habitantes, o comunismo não conta um por cento de adeptos; o integralismo, igualmente, não conta um por cento. E, no entanto, assinala o orador e todo mundo sente os extremismos ameaçam o Brasil e o Brasil começa a inquietar-se.¹⁰

Os comunistas tinham sua base no Partido Comunista Brasileiro, o PCB, que teve sua criação em 25 de março de 1922. E como já mencionado anteriormente, eram perseguidos por fazer oposição ao governo de Getúlio Vargas. Eles buscavam o apoio popular, por parte dos operários, e também dos intelectuais para derrubar Vargas do poder. Defendiam uma revolução nos moldes marxistas para tomarem o poder e promoverem uma distribuição de renda no Brasil.

Os comunistas já eram vistos como principais inimigos do país desde a fundação do partido e foi fazendo uso desta rivalidade que o governo Vargas usou do discurso apontando o partido como uma ameaça para legitimar suas ações repressivas. Principalmente, depois do golpe de 1930, quando o PCB se posicionou de forma contrária ao governo provisório de Getúlio Vargas.

Aos poucos, os comunistas vinham ganhando apoio do operariado brasileiro e faziam frente não só ao Governo Provisório de Vargas como também à política nazi-fascista, que era representada no Brasil pelo imperialismo da AIB.

Desta forma, em 1º de maio de 1935, foi criada a ANL (Aliança Nacional Libertadora), que tinha o objetivo de combater os fascistas no Brasil. O líder deste novo movimento era o Luiz Carlos Prestes, militante comunista que estava de volta ao Brasil,

¹⁰ COELHO, Adalberto. **Campanha de prós e contras: Defesa da Democracia, Combate ao Comunismo e ao Integralismo**. 1937. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_05&pesq=o%20comunismo%20e%20o%20integralismo Acesso em: 23/07/2018.

após período que passou exilado na URSS. O mesmo saiu das fileiras do Tenentismo e após a dispersão da Coluna Prestes, aderiu ao Comunismo durante seu exílio.

O momento político nacional em comunicado a proposito do regresso, ao Brasil, de Luiz Carlos Prestes: Em comunicado enviado á imprensa a Aliança Nacional Libertadora declara que Luiz Carlos Prestes voltará ao Brasil, segundo um plano anteriormente assentado e afim de assumir a chefia do movimento comunista no país.¹¹

A ANL não era formada apenas por comunistas, mas também por grupos que tinham outras ideologias, mas possuíam o mesmo objetivo em comum, combater o nazifascismo no Brasil. Porém logo o governo tratou de colocá-los na ilegalidade. Em 4 de abril de 1935 foi divulgada a Lei de Segurança Nacional e a ANL foi acusada de estar orquestrando um golpe ao Estado afim de implantar no Brasil uma república soviética.

De acordo com o que era divulgado pelo governo, a Lei de Segurança Nacional tinha como único fim combater as ideologias extremistas.

Segundo os quaes competirá ao judiciário proibir a circulação de jornais, podendo o executivo apreender a edição que contenha noticias alarmantes inclusive as que atribuam malevolamente a qualquer nação actos que nos melindrem e possam impellir o povo a agir erroneamente sob falsa influência. Os Jornalistas doutrinários ou chefes agitadores que incidirem nos preceitos da nova lei serão afastados dos logares, cabendo ao governo determinar o local em que cumprirão as penas. Os funcionários grevistas poderão ser demitidos (...). Culpa os criminosos provocadores dos movimentos e intrigas que visem atirar a nação contra o exercito e dividir as classes armadas em lutas intestinas. O acto de conspirar é também previsto e delimitado sendo caracterizado o uso de meios inequívocos que a lei pune logo seja provado o delito conspiratório.¹²

Não era admissível no governo Vargas a existência e a permanência de extremistas nos pais. Entenda-se por extremista toda e qualquer organização política que se opunha ao regime vigente.

¹¹ CUNHA, Renato Carneiro da. **Momento Político Nacional**. 1935. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DM1935> Acesso em: 23/07/2018.

¹² DIARIO DE PERNAMBUCO. **A Lei de Segurança Nacional**. 1935. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_11&PagFis=13878&Pesq=lei%20de%20segurança%20nacional Acesso em: 23/07/2018.

Dentro da proposta da Lei de Segurança Nacional a ANL, Aliança Nacional libertadora, foi tida como entidade ilegal, entrando assim, em 12 de julho de 1935, para uma lista de perseguidos pela nova lei. A ANL era acusada de estar orquestrando um golpe ao Brasil, que tinha por objetivo a instauração de uma república soviética.

Em novembro de 1935, a ANL promoveu uma ação conhecida como Intentona Comunista; isto fez com que a perseguição a ela fosse ainda mais intensificada. Esta perseguição ao movimento era tamanha que mesmo pessoas que apenas eram suspeitas de participar do movimento poderiam ser presas, ainda que não houvesse contra elas acusação formal. Muitos membros da aliança foram perseguidos, presos e torturados.

No entanto, ao contrário do que era divulgado pelo governo Vargas o movimento conhecido por Intentona Comunista não tinha o objetivo de instaurar no Brasil uma república soviética, mas sim se tratava de um movimento contra o governo de Getúlio Vargas. Os comunistas, apoiados por alguns outros grupos menores, que não aceitavam as imposições autoritárias do governo, organizaram um movimento com objetivo de destituir Vargas do poder. Entretanto o governo logo tratou de mistificar a ação do movimento respaldando assim suas atitudes repressoras e arbitrárias.

Diferentemente do que o governo divulgava pra população, a ANL tinha objetivo não de abrir as portas do Brasil pra comunidade estrangeira, mas, ao contrário disto, eles tinham uma postura predominantemente nacionalista e dentre suas propostas estavam a nacionalização das empresas estrangeiras, o não pagamento da dívida externa, o combate ao fascismo e a reforma agrária. Ações que visavam o benefício maior da população, buscando assim uma realidade social mais justa.

Porém, ainda que contassem com apoio de militares simpatizantes, os líderes do movimento falharam no quesito organização. O fato das revoltas acontecerem em datas diferentes, em cada estado participante, proporcionou ao governo uma contenção mais eficiente dos levantes e com isto, Luiz Carlos Prestes e os demais líderes do movimento foram presos. A Intentona Comunista não só não conseguiu desestabilizar o governo Vargas como também acabou sendo benéfica para o governo. Pois em função da investida, o governo legitimou sua ação de repressão contra o Comunismo o que contribuiu para dar origem ao Estado Novo em 1937.

Outra expressão política que tínhamos no governo Vargas eram os Integralistas. Os integralistas criaram um movimento de extrema direita que possuía um posicionamento inspirado no regime fascista, que vigorava em parte da Europa neste período. O movimento foi instituído no Brasil sob o comando de Plínio Salgado e logo ficou conhecido como sendo AIB, Ação Integralista Brasileira.

A influência dos grupos fascistas europeus era visíveis no movimento AIB de diversas formas. Uma delas era em suas vestimentas, sempre padronizadas atribuindo-lhe características peculiares à nação brasileira, substituindo o negro nas camisas dos seguidores de Mussolini pelo verde, representativo do nacionalismo, uma das colunas mestras da Era Vargas. O movimento também contava com uso de inúmeras representações simbólicas, eles possuíam uma saudação em que levantava o braço direito e proclamavam a palavra tupi Anauê, que era um tipo de saudação que significava: você é meu parente! Esta simbologia era vista também em batizados e casamentos por exemplo. A formalidade sempre fazendo menção a suas crenças mediante as obrigações sociais.

Calças brancas ou negras, gravatas negras, camisas verdes (como ficariam mais conhecidos) e braçadeira no braço esquerdo com o sigma em preto com o fundo branco, usada pelos cristãos gregos para expressar a idéia de Deus, além de representar o somatório da matemática.¹³

Integralistas! Nossos companheiros (nomes) acabam de unir perante a Bandeira da Pátria, assumindo em face da Nação Brasileira as responsabilidades que tornaram o matrimônio, não um ato egoístico do interesse de cada um, mas um ato público de interesse da posteridade, da qual se tornaram perpétuos servidores. Pela felicidade do novo casal, ergamos a saudação ritual em nome do chefe nacional. Aos nossos companheiros (nomes) três Anauês. Todos os presentes repetiram três vezes o Anauê.¹⁴

O integralismo possuía uma organização bem definida. Suas sedes eram padronizadas, dispunham de acervos de obras integralistas e retratos de inúmeros

¹³AQUINO, Rubim Santos Leão de. **Sociedade Brasileira**: Uma história (da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo). Rio de Janeiro: Record, 2000, p.348.

¹⁴ CAVALARI, Rosa Maria Feitero. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932 – 1937). Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999, p. 175.

ícones do movimento. Já na sala principal, encontrava-se o retrato do chefe da organização.

Como já vimos inicialmente, o governo Vargas possuía uma proximidade com os ideais integralistas na base de sua formação. As características nacionalistas e autoritárias aproximavam as duas forças. Porém também como já mencionado anteriormente, a partir do Estado Novo e com a institucionalização da Lei de Segurança Nacional Vargas passou a perseguir e reprimir tanto os comunistas quanto os integralistas, extinguindo os partidos políticos que havia na época.

Agindo de maneira clandestina, a AIB orquestrou uma tentativa de golpe em 1938, com objetivo de retirar Getúlio Vargas do poder. A investida se deu através da invasão do Palácio onde Vargas estava instalado, por um grupo armado. O objetivo deles era matar Getúlio Vargas, porém o golpe fracassou e com isso os integralistas tiveram sua investida abortada. Esta tentativa de depor Vargas do poder, por uso da força, ficou então conhecida como Intentona ou Putsh Integralista.

Os Integralistas passaram a ser citados como covardes, traidores e assassinos. A idéia de que “o homem não deverá escapar” era uma forma de mostrar que a intenção dos atacantes era assassina e violenta, não conseguindo seus intentos devido a própria desorganização do grupo.¹⁵

Vargas usou o mesmo discurso da ameaça comunista ao Brasil para levar o povo contra os integralistas que foram considerados subversivos. Segundo o governo eles atuavam no Brasil amando de estrangeiros e dessa forma ameaçavam a política nacionalista que buscava os interesses do povo. O discurso oficial é que essas pessoas tantoos comunistas quanto os integralistas não possuíam amor ao Brasil, eram tidos como traidores e, deveriam ser retirados da sociedade, do convívio de pessoas de bem.

Com isso vemos que as investidas fracassadas desses dois grupos políticos, distintos, Comunistas e Integralistas, mas que possuíam o mesmo objetivo, não só deram errado na sua intenção de retirar Vargas do governo, como também lhes deram respaldo político para justificar seus atos de centralismo do poder.

¹⁵SILVA, Giselda Brito. **A Lógica da suspeição contra a força do Sigma**: discursos e política na repressão aos integralistas em Pernambuco. Tese (Doutorado em História). CFCH/UFPE. Recife, 2002, p.58.

Cada dia mais Vargas impunha a censura e a repressão a todo e qualquer grupo que fizesse frente a seus ideais de governo. O que só tendia a piorar com o golpe de 1937.

Após o fracasso da tentativa de golpe integralista, o movimento perdeu forças, fazendo assim com que muitos de seus líderes viessem a ser presos e outros até mesmo a mudar de lado.

Porque era claro, na verdade, um putsh planejado por cérebros alienígenas e executados por nacionalistas intoxicados por idéias alheias ao nosso temperamento (...) às sete horas da manhã estava tudo acabado. O movimento integralista fora dominado em todos os setores e o cerco terminara (...) Até mesmo alguns simpatizantes do credo integralista, apontados como possíveis membros do novo regime a ser instaurado, tiveram o despudor de ir cumprimentar o Chefe da nação pela vitória e apresentar congratulações por haver escapado ileso.¹⁶

Entretanto vale ressaltarmos que, embora também foco da Lei de Segurança Nacional e da repressão do governo Vargas, os integralistas tiveram uma perseguição um tanto quanto mais amena do que os Comunistas tiveram. Lembrando que estes eram tidos como inimigos número um do país, e por isso precisavam ser combatidos a todo custo. E foi a falsa ameaça, plantada pelo governo Vargas, de um novo ataque comunista que levou o Brasil a um estado de sítio, onde foi implantado o golpe de 1937, instaurando-se assim o período conhecido como Era Vargas, que perdurou no Brasil de 1937 a 1945. O que representou

O Golpe, conhecido como Plano Cohen foi anunciado em 10 de novembro de 1937. Vale salientarmos que a ameaça comunista foi usada desde o início do governo Vargas, em 1930, para justificar e respaldar atos de ilegalidade e repressão a seus opositores. Mas, foi a partir do golpe de 1937, que as medidas autoritárias utilizadas no governo Vargas intensificaram-se e culminaram na origem do Estado Novo.

2.2 O golpe de 1937 que levou o Brasil a Era Vargas

¹⁶ PEIXOTO, Alzira Vargas. Apud. SILVA, 2002, p. 207.

De acordo com Góis Monteiro e Gaspar Dutra, respectivamente Chefe do Estado-Maior do Exército e Ministro da Guerra, a situação política, após a derrota comunista, era propícia para a implantação de um regime autoritário.

Em 1937, teria sido descoberto pelos militares um documento comunista, que passou a ser oficialmente chamado de Plano Cohen. Este documento tratava de investidas comunistas que vieram a criar um pavor na sociedade. E foi através deste clima de insegurança que se justificou a aceitação, ao menos por parte da população, do fechamento do congresso e da implantação do Estado Novo.

Mas sabe-se hoje que o Plano Cohen não passava de um artifício para decretar Estado de Sítio, fazendo assim com que Vargas fosse mantido no poder.

Ai está o caso do famoso Plano Cohen, que um general ainda há pouco, publicamente confessava ter sido um documento falso. Para dar o golpe desejado e implantar a ditadura, o sr. Getúlio Vargas obtém que generais forjem um documento falso dessa natureza para mandar ao Congresso. Cavalgou ou não o Exército? (...) Pois o sr. Getúlio Vargas cavalgou não apenas o Exército, mas a própria Nação (...) Getúlio trazia o Brasil sob os seus joelhos, como costumava trazer cavalos na fronteira com a Argentina. Isto é: cavalgava o Brasil.¹⁷

Entende-se assim que tudo não passou de uma armação premeditada e orquestrada por Getúlio Vargas para se manter no poder. Iniciava-se com o golpe de 1937 uma nova fase política, um período de ditadura com autoritarismo e repressão jamais vistos até então no seu governo. Entretanto tudo isto, legitimado com o mesmo argumento protecionista e nacionalista de quando chegou à presidência em 1930.

É importante salientarmos que o golpe de 1937 só foi possível porque Vargas contava com o apoio de generais do Exército, que tornaram a fraude do Plano Cohen uma realidade e um perigo iminente para a sociedade brasileira.

De acordo com a Constituição de 1934, estavam previstas novas eleições em 1938 para a escolha do novo Presidente da República. Porém a vontade de se manter no poder fez com que, em 10 de novembro de 1937, o Congresso Nacional fosse cercado e fechado por tropas da Polícia Militar a mando de Getúlio Vargas.

¹⁷ BALEEIRO, Aliomar. **A Nação foi Cavalgada pelo Sr. Getúlio Vargas**. 1950. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DM1950/1922> Acesso em: 23/07/2018.

E foi dessa forma, através de anúncio pelo rádio ao povo brasileiro que Vargas anunciava o Estado Novo, como sendo o início de uma nova era para a nação. Assim, foi instaurada a ditadura varguista no Brasil que perdurou de 1937 a 1945.

Documento divulgado à nação em 30 de setembro de 1937, contendo supostas “instruções da Internacional Comunista (Komintern) para a ação de seus agentes no Brasil”, segundo comunicado oficial do governo. Na realidade, tratava-se de um plano simulado de ação comunista escrito como “hipótese de trabalho”, segundo seu verdadeiro autor, o capitão Olímpio Mourão Filho, chefe do serviço secreto da Ação Integralista Brasileira (AIB). Com base no Plano Cohen, o presidente Getúlio Vargas solicitou imediatamente ao Congresso autorização para decretar o estado de guerra pelo prazo de 90 dias. A aprovação da medida abriu caminho para o golpe do Estado Novo, desfechado em 10 de novembro de 1937. A fraude do Plano Cohen só foi revelada após a extinção do Estado Novo, em 1945. (...) Em março de 1945, quando a dissolução do Estado Novo já parecia inevitável, o general Góis Monteiro denunciou a falsidade do Plano Cohen, isentando-se de qualquer responsabilidade no episódio. Em entrevista publicada pelo Jornal do Comércio no dia 16 de março, o general afirmou que o plano não fora apreendido, mas entregue ao EME, sendo divulgado sem o seu consentimento, quando estariam em marcha investigações sobre a autenticidade do documento. Em outra entrevista publicada em 12 de abril pelo jornal O Globo, Góis Monteiro declarou que o documento “evidentemente apócrifo” aparecera no EME trazido por um oficial integralista.¹⁸

3. O DIP: APROPAGANDA E A REPRESSÃO NO GOVERNO VARGAS

O objetivo desse capítulo é mostrar como Getúlio Vargas fez uso da propaganda durante seu governo para alienar a população conseguindo assim o apoio da grande massa, uma vez que esta grande massa só tinha conhecimento do que lhes era apresentado pelo governo e não do que realmente estava acontecendo no país.

Mas o que é certo afirmar, é que o trabalho de retórica desenvolvido por Vargas ao longo do seu governo, sendo ele o político que passou maior tempo à frente da chefia do país, fez dele um verdadeiro mito, com seus erros e conquistas.

As contribuições do Vargas ao Brasil são indiscutíveis, apesar dos meios obscuros por ele utilizados para reprimir toda força que a ele se opunha.

¹⁸ BRANDI, Paulo. **Plano Cohen**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-cohen> Acesso em: 23/07/2018.

Sua importância ao Brasil não se resume a homenagens em nome de ruas e avenidas, vai muito, além disto. Ao falarmos sobre direitos e leis trabalhistas nos remetemos à CLT, que foi um feito realizado no governo Vargas e como não ressaltar o período de industrialização e avanço econômico que ele promoveu no país?

Mas se de um lado Getúlio Vargas foi considerado um grande líder, o pai dos pobres, por outro ele foi a mãe dos ricos. E a visão de chefe bondoso e carismático se funde a imagem de um ditador que atuava com mãos de ferro para conter quem se opusesse a seu governo.

Era através de uma política de caráter populista que Vargas usava a propaganda para persuadir a população, garantindo assim sua influência sobre em seu meio. Através da imprensa, ele disseminava sua ideologia, explorava ao máximo seus meios de veiculação.

O golpe de 1930 foi produto exclusivo do nosso meio, explicando-se de um lado pelo excesso de uma elite de direção, e, de outro, pelos anseios de parte da massa para reformá-los. O pendor para o personalismo, entre nós, obscureceu, contudo essa noção a ponto de negar-se ao vencido aquilo que dele infelizmente não veio e constituiu bandeira de combate, - a tolerância, o apaziguamento dos espíritos pelo meio de uma anistia imediata e incondicional. Não ha, aliás, na história, exemplo de movimento de côr liberal que não empunhe, no poder, as rédeas de reação.¹⁹

Dentro dessa perspectiva de propaganda, foi criado no Recife o periódico Folha da Manhã por Agamenon Magalhães. Este periódico tinha o propósito de ser veículo de doutrinação política, um verdadeiro porta-voz do regime.²⁰

E por esse motivo, o periódico circulava no Recife todas as manhãs, trazendo as notícias mais relevantes para o governo. Tinha o objetivo de informar a população acerca do que lhes era conveniente dentro de uma perspectiva doutrinária, que fortalecia o populismo do então Presidente da República Getúlio Vargas.

Nos prontuários no acervo da Delegacia de Ordem Política e Social de

¹⁹ LOBO, Helio. **Atenienses da America**. 1933. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_11&PagFis=8898&Pesq=golpe%201930. Acesso em 23/07/2018.

²⁰ ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde de. **A Construção da Verdade Autoritária**. p. 162

Pernambuco é possível encontrar diversas expressões de como eram realizadas as propagandas na época. Propagandas com cunho doutrinário e persuasivo; eram utilizados panfletos, selos e outros itens que ilustravam, por exemplo, um caráter anti-semita do governo.

Em um prontuário do DOPS/PE, encontramos um panfleto intitulado “Judaísmo sem Máscara”. Este panfleto refletia o posicionamento anti-semita por parte do governo, bem como sua orientação para que a sociedade assumisse postura semelhante.²¹

Porém o Estado Novo agia com muita cautela, pois tinha medo que seu posicionamento fosse associado ao nazismo, regime que estava em vigor na Alemanha neste período. Mesmo assim o governo Vargas obteve total controle dos meios de comunicação da época.

Na maioria das vezes, os discursos de Vargas eram realizados em inaugurações e feitos de seu governo, além de datas comemorativas e visitas a alguns estados. Ele sempre utilizava técnicas de linguagem como slogan. Para que as palavras chaves surtissem efeito no seu público e fizesse com que ficassem presas em suas memórias. Como a sua famosa e célebre frase “brasileiros e brasileiras”, que transmitia uma postura nacionalista por parte do governo. Esta postura tinha por objetivo ressaltar a imagem do grande líder que Getúlio Vargas era como Presidente da República.

O objetivo de todas as ações, seja de publicidade ou discursiva, era sempre de elevar a popularidade de Vargas em meio a grande massa.

O discurso do sr. Getúlio Vargas condensou magistralmente a reacção da alma brasileira contra os elementos que tentavam desvirtuar a obra moralisadora confiada a sua administração clarividente e ao seu privilegiado tacto de estadista. (...) Equilibrado, justo e desprendido, mas senhor de uma vontade inalmogável e de uma inteligência fulgurante, o grande cidadão enfrenta com intrepidez dos super-homens, que têm um destino sobrehumano a realizar em benefício do seu povo e da sua Pátria, as tempestades dos sentimentos e dos interesses antagônicos á bandeira da ordem da paz e da prosperidade do Brasil. O seu discurso é um appello vibrante á razão e ao patriotismo dos companheiros fieis á jornada libertadora de Outubro. E a Revolução em marcha para as suas grandes e esplendidas realizações.²²

²¹Panfleto: “Judaísmo sem Máscara”, podendo ser encontrado no Fundo SSP-DOPS/PE – Prontuário Funcional n 1066, Anexo II – APEJE/PE.

²²CAVALCANTI, Caio de Lima. **A manifestação do “Club 3 de Outubro” ao chefe do Governo Provisório**: O magistral discurso com que o presidente Getúlio Vargas define os rythmos claros e enérgicos da Revolução.1932. Disponível em: <<http://200.238.101.22/docreader/DM1932/439>>. Acesso em 23/07/2018.

Em 1939, foi criado o DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda, que era dirigido por Lourival Fontes. Esse órgão, que foi tão importante para a popularidade de Getúlio Vargas em seu governo, tinha o principal objetivo de propagar a ideologia do Estado Novo, trazendo à luz da opinião pública as direções doutrinárias do regime em vigor. Buscava também atuar na defesa da cultura e na unidade da civilização brasileira. Ao menos era este o argumento que utilizavam para justificar seus atos.

O DIP era responsável pelo setor de divulgação seja no rádio, teatro ou até mesmo cinema. O Departamento de Imprensa e Propaganda tinha a função de coordenar a propaganda interna e externa do país. Era dele também a responsabilidade de fazer censura aos meios de comunicação, sejam eles teatro, cinema, literatura, música, toda e qualquer forma de manifestação que pudesse levar ao povo idéias contrárias as que eram difundidas oficialmente pelo governo.

Dentro do DIP havia uma estruturação quanto às tarefas realizadas. Existia o setor de Radiodifusão, Cinema e Teatro, Turismo, Imprensa e Serviços Auxiliares. Tudo para desempenhar, da forma mais eficiente, um controle nos meios de comunicação.

Essa organização sistemática nos mostra que o DIP foi fundamental no processo de intervenção do governo quanto aos meios de comunicação. Desta forma, ele conseguia exercer total controle sobre as informações que chegavam até a população e, conseqüentemente, mantinham o domínio da vida social e cultural do país.²³

Embora existissem diversos meios de comunicação que levassem a mensagem do governo até a população, os meios mais utilizados para propagar suas idéias foram o rádio e a imprensa periódica. Estes dois meios de comunicação foram fundamentais para que a ideologia do governo penetrasse em meio aos setores da comunidade, que em sua maioria continuava analfabeta. O rádio favorecia o acesso a informação nos lares onde o analfabetismo impedia seu acesso à mídia impressa escrita. Por este motivo, a Era do rádio evidenciou os investimentos neste instrumento midiático que contribuiu deveras para a formação cultural e fortalecimento dos laços de identidade nacionais. Era o DIP o responsável por fornecer a programação dos meios de comunicação e as suas programações eram sempre fruto dos discursos de Vargas.

²³ PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p, 172.

O governo buscou fazer uso do rádio para divulgar suas idéias também nas escolas, nos estabelecimentos agrícolas e industriais, pois desta forma ele alcançava todo o país. Isto porque tinha o objetivo de proporcionar uma maior interação entre o governo, os estados, os municípios, as empresas privadas, mas, principalmente, o intuito do governo era promover uma ligação cada vez mais forte com a população em geral, e com isto conseguir realizar o objetivo que permeava todo este trabalho, que era o de formar uma nova consciência nacional.

E dessa forma foi criado no Brasil o programa oficial do governo Vargas, que está no ar até os dias atuais, chamado Hora do Brasil. A Hora do Brasil foi criada no ano de 1935 e reorganizado pelo DIP em 1939. O programa era transmitido para todo território nacional e o intuito da transmissão era o de informar a população de forma cívica e cultural.²⁴

A preocupação exagerada de Vargas com o total controle da imprensa e do rádio era exatamente por entender que ambos eram fundamentais na propagação da sua ideologia política.

O governo da União procurará entender-se, a propósito com Estados e Municípios, de modo que mesmo nas pequenas aglomerações, sejam instalados aparelhos radioreceptores, providos de alto falantes, em condições de facilitar a todos os brasileiros, sem distinção de sexo nem idade, momentos de educação política e social, informes úteis a seus negócios e toda a sorte de notícias tendentes a entrelaçar os interesses diversos da nação [...].²⁵

A propaganda tinha por objetivo transmitir a idéia de que o regime implantado no Brasil naquele momento traria uma estabilidade social e um futuro promissor, atendendo a todos os anseios da população. É possível constatar a importância da rádio no governo de Getúlio Vargas, pois foi através dele que, em 10 de novembro de 1937, foi anunciada a nação brasileira a instauração do Estado Novo e da nova Constituição autoritária que regeriam Brasil.²⁶

²⁴PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 176.

²⁵HAUSSEN, Doris Fagundes. **Rádio e Política**:tempos de Vargas e Perón. Porto Alegre: Editora Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001. p. 40.

²⁶HAUSSEN, Doris Fagundes. **Rádio e Política**:tempos de Vargas e Perón. Porto Alegre: Editora Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001. p. 40.

O rádio foi um meio de comunicação muito utilizado pelos principais governos totalitários e autoritários que estava em vigor durante o período da segunda guerra mundial.

A utilização do rádio pelos ditadores da época e pelos aspirantes a ditador era algo que já estava no ar. Hitler e Mussolini davam exemplos de como utilizar o novo meio de comunicação para dirigir e controlar a opinião pública. Getúlio valeu-se do rádio e mandou divulgar o “Plano Cohen”, em partes e com grande alarde, através da “Hora do Brasil”.²⁷

Foi através do comando de Lourival Fontes que o DIP passou a:

centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional interna ou externa e servir permanentemente como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional. (...) estimular a produção de filmes nacionais (...).²⁸

Além da propaganda é possível observar a censura em diversas outras áreas. Nesse momento, nada mais circulava na sociedade brasileira que não estivesse sob a vigilância intensa do DIP e é possível perceber essa censura através do item a, do artigo 1º do decreto de criação deste órgão:

Fazer censura do teatro, do cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, da rádio difusão, da literatura social e política e da imprensa, quando a esta forem cominadas as penalidades previstas pela lei.²⁹

Com isso percebemos que absolutamente todas as áreas sociais eram vigiadas pelo DIP e toda e qualquer manifestação sociocultural tinha que passar pela aprovação do governo para que pudesse ser desenvolvida livremente. Caso contrário, se fossem julgadas subversivas, eram retiradas de circulação sem absolutamente nenhum pudor político.

O DIP foi criado apenas em 1939, entretanto a propaganda no governo Vargas já existia de forma extra oficial há muito tempo. Porém com a institucionalização do DIP foi possível abranger todos os veículos de comunicação, contudo seu principal alvo era a

²⁷ MELLO E SOUZA, *Apud*. HAUSSEN, 2001. p. 40.

²⁸ “Decreto de criação do Departamento de Imprensa e Propaganda”/In: TOTA, Antonio Pedro. p. 34

²⁹ “Decreto de criação do Departamento de Imprensa e Propaganda”/In: TOTA, Antonio Pedro. p. 34.

Imprensa.

Era do DIP a tarefa de filtrar as informações que eram direcionadas à população brasileira, para assim determinar o que deveria chegar ou não até aos cidadãos.

A censura poderia ser realizada de duas formas: previamente, ou seja, antes da publicação dos jornais, revistas, rádio, cinema, ou posteriormente, onde eram retiradas de circulação as edições das revistas e jornais que já haviam sido colocadas em circulação. Estes jornais ou revistas poderiam ficar sob advertência ou até mesmo serem fechados, de acordo com a gravidade da notícia veiculada à sociedade.

É notório que a propaganda era um veículo de extrema preocupação no governo de Getúlio Vargas. Esta importância se dava ao fato da necessidade de exterminar idéias indesejadas que circulavam dentro do país, idéias que se contrapunham às propagandas pelo governo.

O objetivo do DIP era, em si, criar um novo cidadão, um novo conceito de sociedade, de felicidade, que estavam implícitos em um discurso repressor imposto a população pelo governo vigente na época. Buscava-se nada menos do que o controle total da alienação social. Criou-se a categoria do povo nação para dar a ideia do todo, do corpo social que estava sob o comando do líder governante, a cabeça que coordena e determina os movimentos dos membros inferiores e superiores, bem como de todo o conjunto social.

3.1 A propaganda e a perseguição aos judeus no governo Vargas.

A propaganda tem um caráter persuasivo; desta forma, o poder procura controlar os meios de persuasão para garantir a influência dos imaginários sociais sobre as mentalidades.³⁰ Assim a era Vargas contou com o doutrinamento social diário através da imprensa para disseminar sua ideologia explorando ao máximo seus veiculadores.

Após 1935, o discurso da imprensa laica religiosa recai sobre o principal inimigo do Estado, os comunistas. Com o intuito de combater o movimento comunista em

³⁰ BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In. **Enciclopédia Einandi**. p. 308.

Pernambuco, a linguagem da imprensa contra os judeus torna-se mais virulenta, pois, acusava-os de criadores do comunismo e agentes do Komintern no Brasil.

Nos prontuários presentes no acervo da Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco, o Dops, encontramos diversas expressões do caráter da propaganda como elemento doutrinário e persuasivo, onde panfletos, selos, entre outros, ilustrou caráter anti-semita da Interventoria.

Assim, se tem interesse em analisar o discurso propagandístico. Sabendo-se que não há neutralidade em um discurso, ³¹procuramos compreender todos os seus sentidos, para desvendar seu caráter anti-semita. O Estado Novo garantiu a dominação simbólica utilizando-se da propaganda para criar valores e crenças na sociedade.

As obras panfletárias foram, sem dúvida, de grande contribuição para disseminação do anti-semitismo no Estado Novo, uma vez que como mídia escrita proporcionava um maior numero de informações a um grande contingente de pessoas. Ao inventariarmos o acervo da DOPS/PE, selecionamos alguns panfletos que refletem a ideologia anti-semita.

Em um prontuário encontramos um panfleto intitulado “Judaísmo sem Máscara”, ³²que, sobre o prisma nacionalista, reflete atitudes anti-semitas. Procurando demonstrar que os judeus estão tentando dominar o mundo, uma das idéias do panfleto é a de incentivar as pessoas a lerem os protocolos dos sábios de Sião.

Esta obra escrita na França em 1864 tinha por objetivo mostrar ser Napoleão III um homem cínico, ambicioso, sem escrúpulos e que pretendia dominar o mundo tal qual o seu tio Napoleão Bonaparte. Em 1895, o czar da Rússia apossa-se desta obra e, verificando que seu conteúdo poderia ser utilizado contra os judeus, trocando-se apenas o nome de Napoleão III por judeus, trabalho realizado em 1904, usa os mesmos para atingir seus objetivos e favorecer a perseguição. ³³

Na Alemanha, Hitler apropria-se dos protocolos, usando-os como sendo

³¹ ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A Construção da Verdade Autoritária**. p. 162.

³² ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.p. 09.

³³ Panfleto: “**Judaísmo sem Mascara**”, podendo ser encontrado no Fundo SSP-DOPS/PE – Prontuário Funcional n 1066, Anexo II – APEJE/PE.

verdadeiros. No Brasil, a falsificação é traduzida em 1938 por Gustavo Barroso, um integralista, considerado por Héglio Trindade como “o único teórico de uma corrente anti-semita radical.” Considerada, hoje, uma das maiores falsificações do século, o panfleto *Judaísmo sem Mascara* ignora a ilegitimidade dos Protocolos dos Sábios de Sião quando afirma ser este de autenticidade comprovada.

Segundo Maria Luiza Tucci Carneiro, os judeus foram inseridos na lista de indesejáveis do Estado Novo por serem nocivos à constituição de uma identidade nacional.³⁴ Sendo assim temos no panfleto *Judaísmo sem Mascara* a expressão maior desta afirmação quando apresenta o judeu como: “gringo”, e afirma: “todo JUDEU é internacionalista”, não importando a sua nacionalidade – “considera-se sempre e unicamente o JUDEU”.

É claramente notória a associação do judaísmo com o comunismo. Através desta idéia principal do panfleto, incentivava-se a acreditar que os judeus iriam dominar o mundo através do comunismo e logo era justificável o combate ao comunismo e ao judaísmo e pregava a necessidade de uma união entre todos os brasileiros contra aquele que era o maior inimigo do Brasil, o judeu.

De uma forma claramente distorcida e manipulada através do discurso baseado em uma visão do bem e do mal, trazida no panfleto *judaísmo sem máscaras*, trabalhou-se a obra judaica como sendo satânica. Uma visão “doutrinariamente cristã” apontava então os judeus como sendo o grande problema do Brasil. Com isto, ao final do panfleto, havia o estímulo e o incentivo a uma guerra declarada, de uma guerra aos judeus.

Ao fazer uma análise do discurso contido nesse panfleto, é possível compreendermos como o uso de símbolos contribui para construção de uma imagem estereotipada do judeu. Apenas o fato de ser judeu era suficiente para que fossem apontados como estrangeiros, anticristão, internacionalistas, comunistas, capitalistas e principalmente com a pretensão de doutrinar e dominar o mundo segundo suas próprias convicções. Os judeus eram vistos e tratados pelo governo Vargas com uma verdadeira e eminente ameaça à soberania brasileira.

³⁴ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O Anti-Semitismo na Era Vargas (1930-1945)**. São Paulo, Brasiliense, 1988. op. cit. p. 60/61.

Em outro prontuário³⁵, também presente no acervo da DOPS/PE, encontramos 14 selos: “Salvemos o Brasil da Invasão Judaica”.³⁶ Elaborado em 1939 por um pernambucano que tinha interesse de contribuir com o corpo redacional da conservadora Revista Fronteiras.

Em uma análise mais detalhada do selo é possível observar que ele tinha o propósito de transmitir a idéia de que os judeus dominavam a economia internacional, sendo essa influenciada pelo mito dos “Protocolos dos Sábios de Sião”.

Nesta obra, como vimos anteriormente, trabalhava-se claramente a idéia de que os judeus estavam tentando dominar o mundo secretamente através de uma organização que visava a controlar a imprensa a política a economia e as finanças.³⁷

O selo “Salvemos o Brasil da Invasão Judaica” procurava mostrar que o Brasil deveria evitar os judeus para não ter sua economia ameaçada pelo judaísmo internacional. Isso nos remete a idéia de que a perseguição ao judaísmo não se limitava a questões políticas e ideológicas, mas também a questões financeiras, uma vez que a prosperidade econômica fazia parte do plano de governo de Getúlio Vargas.

Esse é um ponto do governo Vargas que era favorável ao país, o nacionalismo, pois o crescimento econômico e social são fundamentais para uma nação.

Transforma todos os países em colônias em colônias subordinadas aos interesses de uma minoria de especialistas financeiros. Será o domínio dos judeus como já está sendo na Rússia. Os exércitos não terão outro serviço senão o de garantir os judeus no poder. E os trabalhadores de todo o mundo não passarão de escravos dessa minoria, sem esperança de melhor sorte.³⁸

Vemos então que assim como o panfleto “Judaísmo sem Máscara”, o selo “Salvemos o Brasil da Invasão Judaica” investe em um discurso nacionalista para difundir o anti-semitismo. Isso é claramente notável através das cores verde amarelo que se eu ponho ao fundo do selo.

³⁵Fundo SSP-DOPS/PE – Prontuário Individual n 7283, Anexo II – APEJE/PE.

³⁶Selo intitulado: “Salvemos o Brasil da Invasão Judaica”, podendo ser encontrado no Fundo SSP-DOPS/PE – Prontuário Individual n 7283, Anexo II – APEJE/PE.

³⁷CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O Anti-Semitismo na era Vargas (1930-1945)**. São Paulo, Brasiliense, 1988. op. cit. p. 61.

³⁸Panfleto Integralista, intitulado: “Ação Integralista Brasileira”

Portanto, pertinente é afirmação de Eni Orlandi de que: “a análise de discurso visa à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos.”³⁹

Para a legitimação do poder é necessário a apropriação do imaginário e do simbólico, os poderes inventam ao longo da história “um conjunto de dispositivos extremamente variados e bem reais de proteção, se não de repressão, com vistas a assegurar-se do lugar privilegiado no domínio dos imaginários sociais”.⁴⁰ É nesta perspectiva que a Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS/PE) foi criada com objetivo de garantir a ordem pública e social através da vigilância dos indivíduos.

A polícia política da Interventoria Agamenon Magalhães no período de 1937 a 1945 absorveu o discurso anti-semita da imprensa, pondo em prática o exercício do controle sobre a comunidade judaica.⁴¹ Sendo assim, ao inventariarmos o acervo da DOPS/PE nos deparamos com a passagem da *práxis* discursiva para a *práxis* da repressão policial contra judeus. É nesse sentido que a perseguição da polícia recaiu sobre os indivíduos judeus, pois estes eram tidos como nocivos a sociedade.⁴²

Sendo assim, os cidadãos e as instituições judaicas tornaram-se objetos de controle do Estado, o que resultou em uma rica documentação por parte dos investigadores da DOPS/PE com relação ao controle da rotina e do lazer dos indivíduos judeus presentes na sociedade recifense dos anos 1930.

Analisar o discurso da polícia é necessário para compreendermos como um objeto simbólico produziu sentidos materializados através do discurso policial, considerando a produção de sentidos enquanto parte da vida do homem e da sociedade.⁴³

³⁹ ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.**, p. 26. ser encontrado no Fundo SSP-DOPS/PE – Prontuário Funcional n 1066, Anexo II – APEJE/PE.

⁴⁰ BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In. **Enciclopédia Einandi**, p. 310.

⁴¹ ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A Dupla Face da Censura: Imprensa e DOPS contra a imigração judaica para o Brasil na Era Vargas.** p. 42

⁴² CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O Anti- Semitismo na era Vargas (1930-1945).** São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 156.

⁴³ ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** p. 75

O olhar vigilante da polícia sobre seus “inimigos concretos”(comunistas, liberais estrangeiros, sem trabalho e políticos), ⁴⁴ se faz presente nos prontuários da Delegacia de Ordem Política e Social do Pernambuco, onde encontramos inúmeros relatórios policiais sobre as instituições que “ameaçavam” a ordem instituída pelo Estado Novo, como: os sindicatos, as instituições estrangeiras e, sobretudo, instituições judaicas.

3.2 Estrutura e fundação da DOPS.

Dentre as diversas atribuições que a DOPS, que foi criada em 30 de dezembro de 1924, estava o principal papel da polícia repressiva era o de um instrumento viabilizador de um projeto político contra desordem social, que passa a ser combatida com rigor pelo governo. A Delegacia de Ordem Política e Social depende de gerenciamento de informações para poder desenvolver a ação de vigilância e controle social, cumprindo assim suas funções elementares de investigação, censura e repressão, de maneira rigorosa. Competia ao delegado da ordem política e social:

- i. Fiscalizar a produção e o comércio de armas, munições e explosivos;
- ii. Fiscalizar os hotéis, pensões e casas cômodos;
- iii. Reprimir o porte e a posse clandestina de armas e processar as licenças para esse fim;
- iv. Exercer a censura prévia à imprensa e ao teatro, do cinematográfico e da rádio-difusora e proibir, quando necessário, a circulação a difusão e a representação;
- v. Promover, durante o estado de emergência, as medidas consignadas no art. 168 da Constituição Federal, a saber:

Detenção em edifício o local não destinado a réus de crime comum; desterro para outros pontos do território nacional, ou residência forçada

⁴⁴ CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da Violência: a polícia da era Vargas**. p. 48.

- a) em determinadas localidades do mesmo território, com privação de liberdade de ir e vir.
- b) Censura de correspondência e de todas as comunicações orais e escritas;
- c) Suspensão da liberdade de reunião;
- d) Busca em apreensão em domicílio;
- vi. Capturar os criminosos pronunciados ou condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional;
- vii. Exercer vigilância especial para prevenir os crimes da alçada referida no inciso anterior;
 - a) Proceder a inquérito sobre: Crimes contra a ordem política e social;
 - b) Crimes contra economia popular;
 - c) Contravenções de fabrico e uso de armas, sociedades secretas e usoilegal de arte tipográfica (Cons. Das leis penais – L. III cap. V, VII e IX)⁴⁵.

A investigação é um procedimento utilizado com a finalidade de averiguar atividades de alguma instituição ou indivíduo. É o primeiro passo para se obter informações de comportamento suspeito de pessoas, igrejas empresas, etc. São criados, então, prontuários individuais relativos às pessoas e prontuários funcionais relativos às instituições.

Os documentos produzidos nessa fase de investigação são: os pedido de busca, as informações, rádio, telex, telegramas, radiogramas, salvo-conduto. Estas informações estavam dispostas em fichário geral sobre a vida de indivíduos reunidos no decorrer de uma extensa rede de espionagem, elaboradas com o auxílio de agentes secretos, investigadores oficiais e informantes.

A censura era um procedimento relacionado à investigação, principalmente quando se constatava a existência de alguma atividade suspeita e/ou subversiva. Era nos costumes e nas práticas políticas que a censura se fazia mais presente, notadamente, era preciso que as atividades configurassem um caráter agressivo e

⁴⁵ SILVA, Marcília Gama. **A D.O.P.S e o Estado Novo**: Os Bastidores da Repressão em Pernambuco 1930 a 1945. Dissertação de Mestrado em História – Departamento de História – UFPE, 1995.

provocante às normas legais para que ela atuasse.

Neste sentido, eram alvos da censura as casas públicas de entretenimento, tipográficos, produção intelectual, artístico-cultural que fizessem críticas à ordem estabelecida. Eram vigiadas constantemente as organizações sindicais, religiosas, culturais, jornalísticas e outros meios de comunicação. Era comum a censura política aos discursos, posturas e comportamentos que contrariassem a ordem constituída; a via clandestina era alvo mais visado, pois, a polícia política taxava esta atividade de subversiva e de tendências revolucionárias.

Os elementos fundamentais da censura são as idéias nocivas à ordem instituída, isto é, devido a sua mobilidade, penetrando assim no meio social e contaminando-o. A propaganda Comunista seria um exemplo.

Por fim, temos a terceira e última atividade da DOPS, a repressão. A sua ação se impõe de maneira vigilante, disciplinar e de forma punitiva no meio social. A repressão é utilizada quando se comprova a existência de atividades subversivas do endividado. Ela está em todos os lugares, é uma reação extremada do poder autoritário e tinha através da lei o respaldo necessário para impor as normas coercitivas do controle social.

Cercavam os liberais; limites eram impostos, a interação e a tolerância do indivíduo no meio social eram extremamente vigiados e delimitados.

Uma prática bastante utilizada pela Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco era a de penalidade sob forma de tortura, ela tinha como objetivo induzir o indivíduo a confessar o crime. Essas práticas de tortura iam de um simples castigo a torturas intensas.

O principal elemento de repressão, nos anos 1930, era o Comunismo; ele era associado a formas pejorativas de identificação. A ideologia repressiva atuava na formação do investigador policial habilitando-o na identificação de comunistas na sociedade. Fazer greve no governo Vargas era crime, uma questão de polícia.

Dentre todos os inimigos construídos pelo Estado, os comunistas foram os que mais impulsionaram a ação da polícia, mais justificaram a sua existência e mais fortemente serviram à associação mítica coletiva de sua ideologia como obra do demônio. No perfil político construído pelo governo, comunista era um grande inimigo social a ser combatido.

A perseguição que a polícia promoveu aos comunistas manteve-se, durante todo período de vigência do governo Vargas, mas teve um impulso maior entre 1930 e 1937, e depois de 1943, com uma particular intensidade de 1935 a 1937, ou seja, entre a tentativa de golpe dos Comunistas e do Estado Novo.⁴⁶

Sob o ponto de vista da polícia, a ação dos comunistas era sempre taxada sob os adjetivos de distúrbio e desordens. Uma de suas técnicas consistia justamente em exercer forte vigilância sobre as manifestações organizadas por comunistas e inserir perturbações que transformassem as manifestações em algum tipo de distúrbio público.

O “perigo comunista” se desenvolvia como algo permanente na vida urbana brasileira dos anos 1930 início dos anos 1940 na ótica varguista. E de maneira geral, precisava ser combatido fortemente pela Delegacia de Ordem Política e Social, a qual não media esforços ou opunha limites em seus atos para deter este “perigo” que ameaçava a nação brasileira, chamado de Comunismo.

Um perigo forjado pelo governo Vargas para propiciar-lhes motivos para o respaldo de suas ações. E dessa forma, muitos foram perseguidos, censurados, presos, torturados e mortos, pelo simples fato de manifestarem idéias políticas e sociais contrárias as idéias propagadas pelo governo Vargas. Ações típicas de um governo ditatorial.

4. A IMAGEM DA MULHER NO GOVERNO VARGAS.

Eram muitos os mitos e os tabus que retratavam a figura feminina no período do governo de Getúlio Vargas. Havia muitas proibições sociais o que restringia o espaço de atuação da mulher na sociedade. Estabelece-se, desta forma a idéia de bom comportamento que designava a “mulher ideal”.

⁴⁶ CANCELLI, Elizabeth, **O Mundo da Violência – A polícia na Era Vargas**, Brasília: Editora Universidade de Brasília: EDNUB, 1993, p. 02.

O discurso varguista, baseando-se no seu ideal nacionalista, trazia inúmeros adjetivos os quais faziam apologia à figura da mulher ideal. O valor da mulher era condicionado à obediência aquilo que lhe foi estabelecido com sua função natural de mãe e esposa. É com base neste pressuposto que o governo Vargas propaga a idéia que a mulher só se tornaria útil se ao mesmo tempo fosse corpo submisso (no lar e nos assuntos do Estado) e corpo reprodutivo (de filhos e da ideologia estatal).

Em 1932, estabeleceu-se o direito ao voto no âmbito nacional, sendo esta uma das grandes conquistas das mulheres no governo Vargas, que era essencialmente populista. Em seguida, em 1934, Bertha Lutz foi eleita como deputada suplente, assumindo o mandato na Câmara Federal em 1936. Em 1937, ela apresentou o projeto “Estatuto da Mulher”, composto por reivindicações em prol da libertação da mulher, que só foram totalmente asseguradas na Constituição de 1988.

O III Congresso Nacional Feminino deliberou submeter ao governo e pleitear: I NA ORDEM PÚBLICA NACIONAL –
 1. Estatuto da Mulher a) O Estatuto da Mulher será orientado pelo programa reivindicações redigido dentro das normas da Construção Federal, no sentido de ampliar o art. 113, n. 1, que diz: “Não haverá distinções nem privilégios baseados no sexo” – será acompanhado do Estatuto Legal actual, para fins de documentação. b) Serão regulamentados pela legislação e postos em execução os dispositivos constitucionais que se referem ao trabalho feminino, lar, maternidade, infância, etc. (...)
 2. Departamento da mulher. Será criado um Departamento da mulher, sob a direcção da própria mulher (á semelhança do que exige dos Estados Unidos da América)
 II NA ORDEM PÚBLICA CONTINENTAL E INTERNACIONAL – a) Participação feminina plenipotenciária nas Conferências Internacionais e Americanas, por intermédio de uma representante da opinião feminina organizada começando pela Conferência da Paz a realizar-se brevemente em Buenos Aires (...).⁴⁶

A FBPF (Federação Brasileira pelo Progresso Feminino), uma organização em prol dos direitos da mulher, fundada em 09 de agosto de 1922, era coerente com os princípios do feminismo burguês, não questionando o sistema vigente como responsável também pela opressão feminina. Inspirava-se no liberalismo tendo o reformismo como estratégia política. Desta forma, seu programa limitou-se a combater as Leis discriminatórias que impediam a igualdade entre homens e mulheres, no

⁴⁶ B. MACHADO, Juanita. **Resoluções do III Congresso Nacional Feminino**. 1937. Disponível em: <<http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DM1937>>. Acesso em 23/07/2018.

contexto das democracias burguesas. Segundo a FBPF, era o atraso do capitalismo brasileiro o maior entrave às conquistas femininas.

Paralelamente ao movimento da FBPF, desenvolveu-se, também no Brasil, outro movimento sob a tutela das organizações de esquerda, do PCB em particular. Eram mulheres das camadas populares, as quais se organizavam em torno das lutas gerais da sociedade. Muitos grupos, apesar de não admitirem esta ligação com a esquerda, seguiam esta orientação, fato este explícito a partir de determinados chavões que lhe eram comuns ou táticas assumidas. Além disto, via-se a filiação à Federação Democrática Internacional das Mulheres. Tudo isto demonstrava o vínculo com feministas socialistas da Europa e a influência desta corrente sobre o posicionamento destes grupos no Brasil.

Esse foi o caso da União Feminina, criada para atender à política de Frente Popular, estabelecida pela III Internacional em 1935; do Comitê Mulheres pela Anistia, em 1945, que se transformou no Comitê das mulheres pela Democracia.

O Comitê das Mulheres insinuou a se unirem em uma só corrente, afim de fortalecerem-se contra os abusos daquelles que, necessitando de seus serviços, as escravizam com grandes serviços e minguidos salários.⁴⁷

Essas tendências do feminismo burguês e as tendências liberadas pelas organizações de esquerda serão igualmente silenciados com o golpe militar de 1964, junto com todos os movimentos populares do país.

O acesso da mulher na vida pública e à instrução deu-se de forma lenta, exceto nas atividades e ensino relacionados ao serviço doméstico. Deriva daí o estereótipo da carreira feminina e masculina, devido aos preconceitos arraigados definidores do lugar da mulher na sociedade.

A diferenciação dos indivíduos se dá em função, também, do gênero. Nesta relação, passou-se a medir e a hierarquizar em termos de capacidade, de acordo com a natureza dos sexos.

⁴⁷MERITY, João de Rosa de Ouro. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&pesq=comitê%20das%20mulheres>>. Acesso em 23/07/2018.

A imagem estereotipada que foi construída da mulher, em fins do governo Vargas, se preservava a mesma. Essas lutas contribuem para ampliar a liberdade feminina e para mudar gradativamente a imagem construída da mulher na sociedade.

A ação da Delegacia de Ordem Política e Social em Pernambuco (DOPS-PE) permitiu a constituição de um rico e vasto material arquivístico, o qual possibilitou resgatar o imaginário construído acerca da mulher no período varguista, as formas de reprodução e divulgação deste imaginário através da imprensa, também a conservação e adaptação do discurso paternalista o qual impunha a subordinação da mulher na esfera pública e privada.

A Revista “Na Pontinha”⁴⁸ – ano dois, uma revista carnavalesca distribuída gratuitamente no carnaval de 1934, de propriedade de A. Ferreira e Cia, número único, possuía um conteúdo direcionado às mulheres da época, o qual reforçava o discurso oficial; dentre as várias formas de artigos, se destaca o mencionado a seguir:

A mulher que bate os tações, deitando a casa abaixo tem um gênio que nem o demônio resiste; é dengosa, fastidiosa e precipitada.

A que anda nas pontas dos pés é zelosa, curiosa, viva, impressionável e algumas vezes impertinente.

A que assenta planta do pé, é descansada, alegre, risonha e de bom caráter.

A quemete a ponta do pé para dentro, é maliciosa, pouco animada e pouco sincera.

A que deita-a para fora, saracoteando-se com desenfado, é capaz de comer uma vitella e negar que o sol dá luz.

A que anda de peito saliente e apertada de cintura, é dominante, presumida e não se impressiona com coisa alguma.

A que anda de cabeça cahida olhando para o chão, está disposta sempre a enganar toda a família.

A que se apresenta de cabeça levantada e empertigada para traz tem a massa encephalica cheia de poeira e o coração cheio de estopa.

A que se balança, para um e outro lado, não conhece a modéstia nem ao menos pelo avesso.

A que anda simplesmente, e só olha quando é necessário, sem fixar demasiadamente, e que veste decentemente, é modesta, dócil, complacente, delicada, pundorosa e honesta. Finalmente é uma mulher as direitas.

O estilo poético que define a mulher classificava tudo aquilo que era desvio. Através de discursos valorizadores do comportamento feminino, traça-se o limite que define a diferença em relação aos diferentes estilos de comportamentos,

⁴⁸ Fundo, SSP- DOPS. Prontuário Funcional n 31252. Anexo II – APEJE.

ditando-se e comparando-se, exclui para normalizar.

Esse ideário propagou-se por todo o período varguista, adequando-se a novas situações, porém mantendo-se a sua essência que era a subordinação.

A Revista semanal, *Diretrizes*⁴⁹, fundada em março de 1938, no Rio de Janeiro, possuidora de sucursais em São Paulo, Santos, Belo Horizonte, Recife, Curitiba, Porto Alegre, Vitória, tendo representantes para venda avulsa e assinatura em mais de 400 municípios do Brasil, em março de 1943, divulgou uma entrevista com Dra. Carlota Pereira Queiroz, a primeira mulher a tomar parte numa Assembléia Legislativa Federal e a primeira médica brasileira eleita pela Academia de Medicina. Desta entrevista, emanam as formas de reprodução do imaginário de subordinação da mulher. O texto a seguir traz uma síntese da mesma:

A mulher também tem, deveres cívicos.
 “Quando a ciência é um apostolado; – ‘Não sou uma líder feminista’; – Os deveres da mulher ante a situação atual do mundo. – Uma artista. – Viagens, idéias e o significado de um devotamento. – Uma amiga das crianças”.⁵⁰

Após este enunciado, com certo tom de lirismo, diz-se que a Dra. Carlota foi formada num lar tradicional paulista.

“É uma verdadeira representante do expansionismo bandeirante! É um nome que ultrapassou os limites do seu estado natal, para ocupar um lugar de destaque no cenário nacional” além de ser a primeira mulher a tomar parte na Assembléia Legislativa; diz o artigo que ela alcançou o título na Academia Nacional de Medicina sendo isto “uma nova conquista do espírito feminino, uma vitória que marcará por certo na história da nossa evolução.

Digna continuadora de nomes tradicionais no cenário político do país, a Dra. Carlota... herdou dele o espírito que caracteriza. Seu avô paterno foi republicano histórico, e o avô materno um deputado provincial. (...) filha e neta de personalidades de destaque do Império e da República, foi talvez por simples ativismo que a Dra. Carlota... chegou a ocupar altas posições nos cenários

⁴⁹ Fundo, SSP- DOPS. Prontuário Funcional n 31.252. Anexo II – APEJE.

⁵⁰ Fundo, SSP- DOPS. Prontuário Funcional n 31.252. Anexo II – APEJE.

cultural e político do Brasil. Pelo menos é essa a explicação que ela nos dá para a orientação da sua vida, quer nos seus trabalhos e discursos quer mais afirmações que faz. Efetivamente teem-lhe cabido posições de destacada Liderança feminista, porque não eram resultados de uma organização feminina apenas (...) são muito mais significativas, a seu ver, porque representam um reconhecimento dos méritos femininos pelos próprios homens.”⁵¹

Era ela destacável no magistério, e desejava prosseguir na missão de trabalhar pela infância que era a mais alta concepção do espírito cívico, nela se revelando uma verdadeira obsessão pelo futuro da pátria.

(...) Discreta, sóbria e ponderada, atravessou notavelmente o período acadêmico (...) Respondendo uma de nossas perguntas disse-nos Dra. Carlota: NÃO SOU UMA LÍDER FEMININA”. Nunca me arvorei em leader feminista, nunca me coloquei à testa de movimentos que visassem a emancipação da mulher (...) no futuro, organizada e poderosa que há de ser, por certo, o partido feminista.⁵²

Fala-se do seu apoio aos cursos de serviços sociais, os quais ofereciam muitas oportunidades a moças.

Sempre desprendida, encontrará nessa continuação, por certo, o melhor prêmio do seus esforços. (...) Ainda em 1934 afirmava corajosamente, que a mulher tem também deveres cívicos a cumprir. (...) Repetimos as suas palavras. – Representará isso por acaso uma obrigação para a mulher? Qual delas deixou de prestar seu juramento? O que se lhes pede é uma exteriorização de sentimento sublime, com uma finalidade nacionalista. (...) Não se trata de um recrutamento e nem de servir em caserna. É um voluntariado que se enobrece. Quem poderá duvidar da força de patriotismo que concentra a mulher brasileira? Vamos portanto, em seu auxílio, vamos orientá-la. Vamos lhe dar todas as oportunidades de melhor servir. A comissão julga a Dra. Carlota Pereira Queiroz, pela excelência dos títulos que possui, pelo valor dos trabalhos que publicou, assim pela sua elevação moral. Bem merece ingressar nesta Academia, como genuína expressão da inteligência da mulher brasileira. Esse serviço inestimável que Dra. Carlota Pereira Queiroz tem prestado a causa das mulheres no Brasil, ganhando para ela a confiança dos homens e permitindo que depois dela muitas outras tenham oportunidades de demonstrar a eficiência da sua colaboração em todos os ramos da atividade feminina⁵³

⁵¹ Fundo, SSP- DOPS. Prontuário Funcional n 31.252. Anexo II – APEJE.

⁵² Fundo, SSP- DOPS. Prontuário Funcional n 31.252. Anexo II – APEJE.

⁵³ Fundo, SSP- DOPS. Prontuário Funcional n 31.252. Anexo II – APEJE.

A entrevista com Dra. Carlota termina no seguinte tópico:

“A VERDADEIRA COMPREENSÃO DO FEMINISMO – Essa, a verdadeira compreensão de feminismo. O feminismo que realiza, que constrói para o futuro. (...) Acompanhando os anseios das Nações. – diz Dra. Carlota – afirmei, num dos meus discursos, que de todas as questões que ocupavam a vida de uma nação, duas sobrepõem as outras: a educação para o povo e a sua saúde. (...) Despedimo-nos da Dra. Carlota. Mas a impressão das suas palavras não nos deixou. É digna de atingir a inteligência e o coração de um grande público feminino.”⁵⁴

Seguindo esta perspectiva, o discurso é produzido através da entrevista com Dra. Carlota, reforçando a retórica do Estado, onde a mulher deveria desempenhar o papel sublime de mãe/esposa, enfatizando-se as qualidades femininas donde sobressaía a subordinação, além de reforçar a ideia de que as qualidades intelectuais eram atribuições masculinas: “filha e neta de personalidades de destaque no cenário cultural e político do Brasil”⁵⁵, referindo-se a seus avós paternos e maternos e a seu pai. Utilizando-se de adjetivos como discreta, sóbria e ponderada reforçam-se as qualidades tidas como femininas. A sua elevação moral a levou a alcançar o status adquirido.

O ápice desse discurso ressoa com a seguinte afirmação: “essa, a verdadeira compreensão do feminismo”, a de não pregar a Dra. Carlota a emancipação da mulher, mas sim a de conclamar as mulheres brasileiras a cumprirem seus deveres cívicos pelo bem da nação. Por isto a censura lhe permite “atingir a inteligência e o coração de um grande público feminino”. O discurso, neste caso, funcionou para manter a permanência da representação feminina.

Além do discurso oficial, é possível detectar-se um outro discurso, o da entrevista, representando o da própria mulher. “As palavras mudam de sentido segundo as posições daquelas que as pregam”. Neste sentido, a Dra. Carlota ao atribuir que sua posição de destaque não era apenas resultado de uma organização feminina e que sua importância residia em ela representar uma contribuição para a reprodução e aceitação da função “natural” da mulher. Trazia em sua fala uma visão submissa da mulher ao que lhes era imposto pela sociedade, no sentido de quando se faz o que lhes é determinado, logo se é bem sucedida, “O reconhecimento dos méritos femininos pelos próprios homens (...) Nunca arborei leader feminista, nunca me coloquei à testa de

⁵⁴ Fundo, SSP- DOPS. Prontuário Funcional n 31.252. Anexo II – APEJE.

⁵⁵ Jornal Diretrizes, 1942, p. 4

movimentos que visassem a emancipação da mulher...”⁵⁶

Nesse sentido, a censura e a repressão em relação à mulher, no governo Vargas, visavam a eliminar toda e qualquer ação no sentido de coibir o avanço dos movimentos feministas modernos, procurando garantir a manutenção da reprodução ideológica do social, (feita através da ação da vida doméstica) e da ideologia social dominante.

4.1 A mulher sob vigilância da DOPS-PE.

Foucault, ao abordar sobre a disciplina, em sua obra “Vigiar e Punir”, alega que seu sucesso se deve ao uso da vigilância hierarquizada, da aprovação dada pelo Estado em meio às normas e o procedimento do exame, o qual poderíamos chamar de inquérito. Na vigilância hierarquizada, a qual se dava de forma contínua e funcional, procede-se “uma rede relação de alto a baixo, mas também até certo ponto de baixo para cima e lateralmente”, são fiscais perpetuamente fiscalizadas. (...) Controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar”.

Essa atitude aprovada em Lei passa a medir em termos quantitativos e hierarquizar em termos de valor as capacidades, nível, a “natureza” dos indivíduos, estabelecendo-se os valores tidos como normal.⁵⁷

Na DOPS-PE, foi possível resgatar documentos os mais diversos que atestam a existência de uma vigilância hierarquizada estabelecida em lei. São variados os documentos de sindicâncias que demonstram a tentativa de controle sobre os cidadãos de destaques, assim como sobre os próprios investigadores, os quais possuíam o encargo de comunicar aos chefes os devidos. É suficiente para demonstrar esta prática, mencionar a existência do prontuário referente a Agamenon Magalhães, o interventor do Estado de Pernambuco no período de 1937 a 1945.

⁵⁶Revista Diretrizes. **Entrevista com Dra. Carlota Pereira Queiroz.** 1942. p. 37.

⁵⁷FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de L. M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987. p.159.

As atividades da Delegacia de Ordem Política e Social em Pernambuco, no governo Vargas (1930 a 1945), pautavam-se na investigação, na censura e na repressão. Os resultados das investigações eram submetidos à censura a qual indicava o espaço que cada indivíduo podia ocupar, servindo-se da repressão como arma orientadora.

Ação da polícia contribuiu para a criação de um acervo arquivístico, os quais reúnem temas mais os mais variados. Dentre estes, foram escolhidos os referentes à mulher na tentativa de se traçar o perfil das mulheres mantidas sob vigilância.

Após a seleção dos documentos procurou-se destacar os dados pessoais das mulheres (cor, nacionalidade, estado civil e grau de instrução). Posteriormente foram organizados em temáticas os motivos que se interligavam nos prontuários femininos, sobressaindo: Comunismo, Nazismo, Naturalização e Averiguações Policiais. A junção destes temas pode classificar-se em “Mulheres suspeitas por...” e “Averiguações devido a...”. Desta forma, além dos dados pessoais, levaram-se em conta as acusações feitas pela polícia, mas prontuariadas; o somatório disto resultou no perfil da mulher que a Delegacia de Ordem Política e Social manteve sob vigilância. Vale ressaltar que os dados pessoais, no que se refere à cor não visam atestar racismo, serve apenas para efeito de verificação.

Dos 130 prontuários pesquisados 61% representam mulheres estrangeiras, (sobressaindo-se as alemãs 26%, seguidas pelas polonesas 15% e russas 9%). As mulheres brasileiras correspondem a 30% e as que não possuíam dados sobre sua nacionalidade 9%.

Os quadros a seguir mostram a situação do estado civil e da instrução, da ocupação e da cor.

A =	Analfabeta
P =	Primário
S =	Secundário
Sp =	Superior
SLE =	Sabe ler e escrever
PI =	Possui instrução
ND =	Não diz

S =	Solteira
C =	Casada
D =	Divorciada
V =	Viúva
AL =	Abandonou o lar
ND =	Não diz

Quadro 01

Estado civil					Instrução				
	Estrangeira		Brasileira			Estrangeira		Brasileira	
	N	%	N	%		N	%	N	%
S	20	23	11	26	A	1	1	5	12
C	47	54	22	52	P	4	5	1	2
D	4	5	1	1	S	8	9	-	-
V	6	7	1	1	Sp	6	7	-	-
AL	1	1	1	1	SLE	49	57	21	49
ND	9	10	7	7	PI	8	9	5	12
-	-	-	-	-	ND	11	12	11	25
Total	87	87	43	43	Total	87	100%	43	100%

4.2A mulher sob a ação do Estado

Para efeito de naturalização em torno daqueles que desejavam tornarem-se cidadãos brasileiros, procedia-se à sindicância, tendo o indivíduo que provar ter bons antecedentes (entenda-se como bons antecedentes, não ter opiniões contrárias à política do Brasil). As avaliações podem ser traduzidas nas seguintes palavras: “preencheu uma ficha de naturalização sem o menor sofisma dando a entender a satisfação da naturalização”⁵⁶

Em caso de dúvida, pede-se novas e mais detalhadas informações de forma a se garantir a não existência de opiniões contrárias ao governo brasileiro. Esse tipo de averiguação está presente em todo o período do governo Vargas, sendo um procedimento estabelecido sobre todo estrangeiro que desejasse se tornar cidadão brasileiro.

⁵⁶ Fundo, SSP- DOPS. Prontuário Individual n 15.396. Anexo II – APEJE.

Dentre as mulheres prontuariadas para esse fim, sobressaíam-se as alemães 30%, seguidas pelas palestinos 15%, russas e francesas que empataram em 10%, os demais países obtinham total de 5% cada (Hungria, Peru, Líbano Itália e Polônia).

Esse tipo de averiguação visava a manter um controle sobre os indivíduos que transitavam no Estado, principalmente no período da guerra, no qual ocorre uma “caça” aprováveis espiões, como exemplo temos:

Esta senhora americana chegou (...) a cerca de dois meses do Rio (...) Embora viesse declarando à Polícia Marítima que iria passar seis semanas no Recife (...) diz-se pianista. É casada no Rio, tem filhos ali. É estranho que tenha abandonado sua casa para estar na companhia do major... (nome de origem alemã). O fato é curioso e estar preocupando o Serviço Secreto Americano, que pede investigar alguma causa sobre a Senhora..., e sua ligação com o major...

⁵⁷

Outro documento no mesmo prontuário conclui:

Há, porém, a salientar, o fato de ela esta perfeitamente a par das linhas comerciais e militares aéreas americanas... bem como os detalhes preparativos para a Guerra dos Estados Unidos (...). A sua aproximação como amante do major, poderia talvez isso explicar⁵⁸

Dessa observação emerge os valores morais utilizados como juízo de valor; havia ela ultrapassado o tempo estipulado, abandonado o lar, convivendo com um outro homem, a conclusão é reforçada por sua conduta, que era um “desvio”.

Ressaltam-se outros motivos dentro dos resultados da sindicância: visitas dos familiares, representação de firmas, transferência de trabalho do esposo ou companheiro e melhor adaptação ao clima. Este procedimento se realizava principalmente em torno das estrangeiras ou brasileiras esposas de estrangeiros. Emerge, também, desta averiguação uma preocupação política.

Das acusações utilizadas, sobressaem: a de participação em cela comunista (nefastas); simpatizante comunista; obtenção de título de eleitor através do Partido Comunista; propagandista das idéias subversivas e por declarar em público que era comunista e grevista.

⁵⁷ Fundo, SSP- DOPS. Prontuário Individual n 11.931. Anexo II – APEJE.

⁵⁸ Fundo, SSP- DOPS. Prontuário Individual n 11.931. Anexo II – APEJE.

Das anotações feitas nos prontuários femininos, emergiram, através dos relatos feitos, mulheres ativas, o que contradizia o discurso oficial, como nos exemplos a seguir:

Professora jubilada –Agitadora perigosa e defensora intransigente dos comunistas presos. Foi surpreendida várias vezes pelo serviço secreto desta Delegacia em ligações com elementos perigosos a ordem pública⁵⁹

Presa na Praça da Independência às 5 horas da tarde, quando em companhia do indivíduo...fazia meeting comunista empunhando nessa ocasião, uma grande bandeira comunista...⁶⁰

Comunista fichada desde novembro 34. A fim de dedicar-se livremente a propaganda comunista, deixou seu estado natal, abandonando esposo e filhos. É escritora, colaborando nos jornais, onde há expansão à sua ideologia...⁶¹

Do discurso feito em torno das mulheres suspeitas como nazistas emanavam preocupações que podem ser traduzidas nas palavras de investigador– “Trata-se de uma mulher bastante sagaz, a qual demonstra ter muita inteligência”.

Relatando-se sobre outra prontuariada suspeita de exercer atividades contra a nação se diz:

Ilmo. Sr. Dr. Delegado de Ordem Política e Social.

A alemã I. G de há muito tempo que me vem despertando suspeitas pelas suas Maneiras pouco recomendáveis na presente situação, pois procura insistentemente se insinuar no meio da trompa atualmente acantonada em Paulista, tudo fazendo para conquistar amizade e captar a confiança dos saudados, cabos e sargentos do Exército que, como foi dito, estão naquela cidade, como também dos que ali vão ocasionalmente. Julgo oportuno fazer esta comunicação pois não deixa de ser perigosa a influência que uma mulher inteligente, como é ..., possa exercer sobre militares desavisados da hipocrisia infinita e da lábia cuidadosamente estudada que constituem os recursos preferencialmente usados pelos espões para conseguirem bom êxito nas suas criminosas atividades.

A referida estrangeira tem estado muito ativa, se movimentando constantemente entre Paulista e Recife.⁶²

O documento acima relatado além de emitir a preocupação com as questões ideológicas que eram contrárias ao regime vigente descreve um tipo de mulher que

⁵⁹ Fundo, SSP- DOPS. Prontuário Individual n 12.981. Anexo II – APEJE.

⁶⁰ Fundo, SSP- DOPS. Prontuário Individual n 13.321. Anexo II – APEJE.

⁶¹ Fundo, SSP- DOPS. Prontuário Individual n 13.724. Anexo II – APEJE.

⁶² Fundo, SSP- DOPS. Prontuário Individual n 14.064. Anexo II – APEJE.

fugia ao estabelecido, uma mulher ativa, perigosa por ser inteligente.

Dos prontuários referentes às mulheres nazistas, 65% eram alemães, 35% brasileiras, concentrando-se as sindicâncias entre 1940 a 1945.

Além das acusações de nazistas existiam mulheres suspeitas por vários outros motivos. Algumas denúncias se levantavam em torno de variados motivos; veja-se abaixo:

- suspeito por parecer “ter muito mais dinheiro do que ela pode ganhar no cassino e está com oficiais e homens dos serviços americanos”⁶³

- professora suspeita por ter afirmado ser inglesa do investigador e ser escocesa a um aluno.

Sendo duas as razões para se observar a titular: - flagrante interesse em dissimular a sua verdadeira nacionalidade e; - vulgar esforço de, por meio da caridade para com as crianças pobres, atrair para si as simpatias de quantos a conhecem. Levantando-se, por fim, a seguinte suspeição:

O seu tipo de mulher, é evidentemente, mais inglesa do que francesa. (...) como é evidente que ela oculta a sua verdadeira nacionalidade eu me pergunto: Miss ...será alemã?.⁶⁴

-por dizer que iria morar na Av. Marques de Olinda, 151, 3 andar e foi morar no n 174...”.⁶⁵

Independentemente dos motivos de suspeição, as especulações davam-se em torno das questões políticas, havendo ainda registro de mulheres expulsas do país por situação estrangeira irregular ou por ser ameaça à ordem do país. Mesmo os registros onde não havia suspeições de vidasubversiva o julgamento se dá em torno de juízos relacionados à ordem política.

O discurso policial aparece de forma contraditória, ao mesmo tempo em que se atribui que a beleza da mulher ajudava a conseguirdeterminados postos, como no caso da referência feita a uma brasileira “possuidora de notável beleza quelhe tem possibilitado conquistar as simpatias de muitas pessoas influentes, inclusive oficiais e

⁶³Fundo, SSP- DOPS. Prontuário Individual n 14.939. Anexo II – APEJE.

⁶⁴Fundo, SSP- DOPS. Prontuário Individual n 14.567. Anexo II – APEJE.

⁶⁵Fundo, SSP- DOPS. Prontuário Individual n 14.006. Anexo II – APEJE.

superiores do Exercito”,⁶⁶ apresenta também a consciência de “ser perigosa a influência que uma mulher inteligente (...) possa exercer...”⁶⁷.

Em todos os casos analisados, nos prontuários a questão política é uma constante, fato este que pode ser compreendido à luz da ação autoritária do Estado, e que não se refere apenas à questão feminina, mas a todos os indivíduos que ameaçavam uma ordem. O que é importante destacar são as formas de discursos repressores utilizados para preservar a mulher fora da vida política, utilizando-se de valores morais e sensórios, os quais impunham ao indivíduo ocupar espaços determinados.

Reconhecem a capacidade feminina em certos casos, assim sendo, havia admissão de potencial feminino, e a ação da Delegacia de Ordem Política e Social era a de interdita-lo, para assim recolocar a mulher no lugar estabelecido: o de agente reprodutor não só de filhos, mas também da ideologia social e, para tal, ungiu reforçar o ideal de submissão, garantindo, assim, a manutenção do projeto governista.

As mulheres prontuariadas na Delegacia de Ordem Política e Social em Pernambuco (DOPS-PE) contrariavam o padrão estabelecido de passividade e submissão dos seres femininos. As ações das mulheres de Deus como subversivas expressavam resistência às regras, uma vez que as mesmas agiam em desacordo com a ordem natural pré-estabelecida pela sociedade, onde deveriam desempenhar o papel de esposa, mãe e cidadã submissa às ordens que lhes eram impostas. O perfil da mulher mantida sob a vigilância da DOPS-PE apontava para a mulher ativa, por isso tida como insubordinada.

A identidade da mulher passou a ser reforçada ideologicamente no imaginário social, sendo montada uma lógica de identificação social com a função precisa de disseminar o ideário estatal no qual a mulher tinha um lugar de mãe e esposa, ou seja. A mulher era tida como reprodutora e subordinada.

Os sentidos que fluíam deste discurso eram transformados em mitos os quais se traduziam em regra, no normal. Se oculta, assim, que os elementos ideológicos são oriundos da esfera privada: os hábitos familiares, a educação dos filhos, as tradições

⁶⁶Fundo, SSP- DOPS. Prontuário Individual n 15.396. Anexo II – APEJE.

⁶⁷Fundo, SSP- DOPS. Prontuário Individual n 14.064. Anexo II – APEJE.

estão presente na vida cotidiana. Ou seja, fica estabelecido que os hábitos sociais não devem ter por prioridade a vivência e a experiência própria de cada indivíduo, mas que, antes, devem estar submissos e vinculados ao que o Estado determina.

As mulheres surgem, nas representações do Estado Novo, como uma das principais mantenedoras da ideologia patriarcal, pois são elas que criam e orientam os futuros maridos e esposas que, por sua vez, provavelmente, também reproduzirão a educação recebida. A ação da mulher na família funcionava como aparelho de a lógica do Estado.

Nesse sentido, a função da mulher deveria ser assegurada pelo Estado, garantindo-se assim a manutenção da ideologia estatal. Para tal, entra em jogo também a ação da imprensa, a qual, submetida à censura, reforça o imaginário social acerca da imagem adequada da mulher, emergindo, então, a relação binária de perigosa (ativa) contra inofensiva (passiva); desejável (subordinada) contra indesejável (insubordinada), estabelecendo-se como desvios tudo que fugir ao controle do Estado.

Fica deveras claro que a política centralizadora utilizada no governo Vargas agia de forma machista e preconceituosa, limitando a mulher a deveres a ela impostos pelo Estado, sem que as mesmas pudessem ter o poder de escolha de quais atividades realizar e, sobretudo, de que posicionamento tomar diante das questões sociais. Tudo que fugia aos ensinamentos do governo, mediante o DIP e a DOPS era severamente coibido e punido, a fim de que servisse de exemplo para não mais surgirem manifestações contra postas ao governo.

Apesar das dificuldades impostas, muitas mulheres continuam lutando para conquistarem direitos e desafiar os padrões comportamentais estabelecidos e o feminismo ganha novos rumos a partir dos anos 1940.

5. CONCLUSÃO

Conforme tentamos mostrar, o período compreendido por Era Vargas foi um período onde se tentou implantar no Brasil uma nova ordem, onde os valores deveriam ser modificados, implantado assim um novo sistema de governo. O governo Vargas

buscava um crescimento jamais antes visto no país, buscava recuperar o prestígio da nação perdido com o advento da república de 1889.

Percebemos que houve diversas modificações na política e na sociedade brasileira com a criação de órgãos repressores que procuravam controlar a população, evitando assim que ações contrárias às que o governo objetivava pudessem atrapalhar o desempenho do projeto de crescimento econômico e social que foram estabelecidas no governo Vargas para o Brasil.

Existiam vários grupos que eram visados pelos repressores, sendo os principais inimigos os comunistas que logo após a revolução de 1930 passaram a ser perseguidos. Existiam também os grupos de extrema direita, como exemplo temos os integralistas que tinham como líder Plínio Salgado e vários intelectuais onde muitos deles faziam parte do governo e queriam instalar no Brasil um governo autoritário, pensamento este que em muito se assemelhava com a postura assumida por Getúlio Vargas no período em que governou o Brasil.

Como contraposição, foi criada a ANL que era uma frente ampla de combate aos integralistas e de severa oposição a Getúlio Vargas, mas que logo foi colocada na clandestinidade pelo governo bem como todos os grupos que se opuseram à ideologia disseminada perante a sociedade pelo governo.

Percebemos ainda a importância que os meios de comunicação tiveram no governo, pois eram eles que atuavam como facilitadores na comunicação entre Estado e sociedade, levando à tona os conceitos os quais o governo objetivava implantar diante dos indivíduos. Nasce, neste período também, uma censura extrema à literatura, à música, ao teatro e a toda e qualquer forma de expressão que pudesse levar idéias contrárias à ideologia do governo aos cidadãos. Desta forma, tivemos, nesta época, vários livros apreendidos, editoras fechadas, e pessoas presas que representavam um risco para a nação, segundo os órgãos de fiscalização que atuavam no país.

Fica claro que o governo Vargas usou a imagem dos comunistas para aterrorizar a população, mistificando, assim, sua existência e respaldando seus atos de autoritarismo. A ameaça comunista era a justificativa para atos de arbitrariedade lançados pelo governo. Arbitrariedade esta que podemos notar também na forma como

era conduzida a imagem da mulher na sociedade, que tinha seus direitos limitados e era vista como mera reprodutora, seja no aspecto biológico ou no aspecto social, onde exercia a tarefa de transmitir a seus filhos os ensinamentos disseminados pelo governo na sociedade.

Finalmente, podemos dizer que o governo de Getúlio Vargas, que se estendeu de 1930 a 1945, foi, no mínimo, contraditório. Um governo marcado pelo autoritarismo, pela censura e pela repressão, mas que, ao mesmo tempo, tinha objetivo de trazer para o país o crescimento econômico e social. Fica, então, uma reflexão acerca dos meios que nem sempre justificam os fins esperados. Contudo não se pode concluir este trabalho sem mencionar a importância imensurável que Getúlio Vargas obteve no cenário político brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A Construção da Verdade Autoritária**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A Dupla Face da Censura: Imprensa e DOPS contra a imigração judaica para o Brasil na Era Vargas**. São Paulo: 1999.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. **Sociedade Brasileira**: Uma história (da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo). Rio de Janeiro: Record, 2000.

B. MACHADO, Juanita. **Resoluções do III Congresso Nacional Feminino**. 1937. Disponível em 23/07/2018: <<http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DM1937>>. Acesso em 23/07/2018.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In. **Enciclopédia Einandi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. vol. 5.

BRANDI, Paulo. **Plano Choen**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-cohen> Acesso em: 23/07/2018.

BALEEIRO, Aliomar. **A Nação foi Cavalcada pelo Sr. Getúlio Vargas**. 1950. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DM1950/1922> Acesso em: 23/07/2018.

CAVALCANTI, Caio de Lima. **A manifestação do “Club 3 de Outubro” ao chefe do Governo Provisório**: O magistral discurso com que o presidente Getúlio Vargas define os rythmos claros e enérgicos da Revolução. 1932. Disponível em: 23/07/2018. <<http://200.238.101.22/docreader/DM1932/439>>. Acesso em 23/07/2018.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O Anti-Semitismo na Era Vargas (1930-1945)**. São Paulo, Brasiliense, 1988.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da Violência: a polícia da era Vargas**. 02. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

CAVALARI, Rosa Maria Feitero. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932 – 1937). Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros Proibidos, Idéias Malditas**: o Deops e as minorias silenciosas. Estação Liberdade: São Paulo, 1997.

CARVALHO, Rodolfo. **O Estado de Guerra**. 1937. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830399&pesq=O%20NAZISMO%20NO%20BRASIL> Acessado em: 23/07/2018.

COELHO, Adalberto. **Campanha de prós e contras: Defesa da Democracia, Combate ao Comunismo e ao Integralismo**. 1937. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_05&pesq=o%20comunismo%20e%20o%20integralismo Acesso em: 23/07/2018.

CUNHA, Renato Carneiro da. **Momento Político Nacional**. 1935. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DM1935> Acesso em: 23/07/2018.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **A Lei de Segurança Nacional**. 1935. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_11&PagFis=13878&Pesq=lei%20de%20segurança%20nacional Acesso em: 23/07/2018.

- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de L. M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.
- PRONTUÁRIOS INDIVIDUAIS E FUNCIONAIS, Fundo SSP-DOPS-PE/APEJE, Arquivo Público Jordão Emerenciano – Recife.
- FOUCAULT, Michel **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009a.
- FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- HAUSSEN, Doris Fagundes. **Rádio e Política**: tempos de Vargas e Perón. Porto Alegre: Editora Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001.
- LOBO, Helio. **Atenienses da America**. 1933. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_11&PagFis=8898&Pesq=golpe%201930 Acesso em: 23/06/2018.
- MADEIRA, Alto. **O Estado Novo**. 1983. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843911&pesq=DIP%20departamento%20de%20imprensa%20e%20propaganda> Acesso em: 23/07/2018.
- MERITY, João de. **Rosa de Ouro**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&pesq=comitê%20das%20mulheres>. Acesso em 23/07/2018.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.
- PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- PORTO, Costa. **A Tramóia Comuno-Pessedista**. 1947. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DM1947/923> Acesso em: 23/07/2018.
- REGO, Costa. **Troca de Telegrama entre os srs. Getúlio Vargas e Hitler**. 1939. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pesq=%20vargas%20e%20hitler Acesso em: 23/07/2018
- Revista Diretrizes. **Entrevista com Dra. Carlota Pereira Queiroz**. São Paulo 1942. p.17.
- SAES, Décio. **A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-91)**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- SILVA, Giselda Brito. **A Lógica da suspeição contra a força do Sigma**: discursos e política na repressão aos integralistas em Pernambuco. Tese (Doutorado em História). CFCH/UFPE. Recife, 2002.
- SILVA, Marcília Gama. **A D.O.P.S e o Estado Novo**: Os Bastidores da Repressão em Pernambuco 1930 a 1945. Dissertação de Mestrado em História – Departamento de História – UFPE, 1995.
- VIEIRA DE MELO, J M. **Uma Classe Desprotegida**. 1939. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DM1939&PagFis=743&Pesq=golpe%201937> Acesso em: 23/07/2018.